



# sinait

## #35

### Expediente

Publicação do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - Sinait  
Especial 35º Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - Enafit  
Agosto de 2018

### Diretoria Executiva Nacional

**Presidente:** Carlos Fernando da Silva Filho (PE)  
**Vice-Presidente:** Rosa Maria Campos Jorge (GO)  
**Diretora de Planejamento e Finanças:** Virna Soraya Damasceno (RN)  
**Diretora Adjunta:** Francimary Oliveira Michiles (AM)  
**Diretor de Administração e Patrimônio:** Antônio Carlos Costa (SC)  
**Diretora Adjunta:** Vera Lúcia Amorim Jatobá (PE)  
**Diretora de Política de Classe:** Rosângela Silva Rassy (PA)  
**Diretor Adjunto:** Vander Rossi Nunes Pinto (MG)  
**Diretor de Prerrogativas:** Pedro Paulo Martins (RJ)  
**Diretor Adjunto:** Giuliano Gullo (MS)  
**Diretor de Inspeção do Trabalho:** Bob Everson Carvalho Machado (RS)  
**Diretor Adjunto:** Sebastião Estevam dos Santos (SP)  
**Diretor de Saúde e Segurança do Trabalhador:** Joatan Batista Gonçalves dos Reis (BA)  
**Diretor Adjunto:** Gedir Scardino Lima (ES)  
**Diretor de Aposentados e Pensionistas:** Antônio Fabiano Gonçalves (MG)  
**Diretor Adjunto:** Orlando da Silva Vila Nova (PA)  
**Diretora de Comunicação:** Ana Palmira Arruda Camargo (SP)  
**Diretor Adjunto:** Marinilda Verçosa Amorim (AL)  
**Diretora de Assuntos Jurídicos:** Dalva Coatti (PR)  
**Diretora Adjunta:** Alberlita Maria da Silva (PE)  
**Diretora de Assuntos Parlamentares:** Magda Targino Maranhão Leite (PB)

**Diretora Adjunta:** Marli Marlete Chaplin Andrade (SE)  
**Diretor de Assuntos Culturais:** Sebastião de Abreu Neto (CE)  
**Diretor Adjunto:** Benvindo Coutinho Soares (MA)  
**Diretor de Relações Intersindicais:** Marco Aurélio Gonsalves (DF)  
**Diretor Adjunto:** Hugo Carvalho Moreira (CE)  
**Diretor de Relações Internacionais:** Francisco Luís Lima (PI)  
**Diretor Adjunto:** José Antônio Pastoriza Fontoura (RS)

### Assessoria de comunicação do Sinait

**Edição:** Cláudia Machado  
**Redação:** Nilza Murari MG 04352 JP / Andrea Bochi / Cláudia Machado  
**Fotografias:** Cristiano Eduardo  
**Editoração eletrônica:** Agência 8TotalBranding

### Telefones e WhatsApp da assessoria:

Nilza Murari – 31 99970-5504  
61 99115-8960 / 61 99148-5222 / 61 99308-7005  
**E-mail da assessoria:** comunicação@sinait.org.br

**Site** - [www.sinait.org.br](http://www.sinait.org.br)  
**Facebook** - <https://www.facebook.com/sinaitaft>  
**Instagram** - <https://www.instagram.com/sinaitbr/>  
**Twitter** - <https://twitter.com/sinaitbr>  
**Youtube** - <https://www.youtube.com/channel/UCjlOP2Trxy2Zea0Q4PJTqag/videos>  
**E-mail geral:** [sinait@sinait.org.br](mailto:sinait@sinait.org.br)

**Sinait - SCN Quadra 01, Bloco C, nº 85 – Edifício Brasília Trade Center - SLJ 10 Salas 401/8 Brasília/DF - CEP: 70711-902**  
**Telefone: 61 3328-0875**

pag. 6	Abertura
pag. 30	Reforma trabalhista exige outro olhar na defesa dos trabalhadores
pag. 34	Ato público contra a retirada de direitos
pag. 37	Novas experiências de fiscalização
pag. 41	IX Jornada Iberoamericana de Inspeção do Trabalho
pag. 45	Ferramentas para avançar na fiscalização do FGTS
pag. 56	Música + Trabalho uniu história e arte
pag. 62	Aposentadoria do servidor público requer estudo caso a caso
pag. 72	Carta de Natal
pag. 73	36º ENAFIT



## APRESENTAÇÃO



Mais um Enafit se realizou com ampla participação da categoria. O caráter de confraternização, encontro e reencontro de colegas foi preservado, apesar das dificuldades pelas quais vem passando não só a Fiscalização do Trabalho, como todos os setores da sociedade brasileira.

No exercício de encontrar, tivemos a oportunidade de discutirmos, juntos, tudo o que está acontecendo. Não faltaram assuntos. A programação técnica estava recheada de temas relevantes e de palestrantes capacitados, o que reforçou a importância do Enafit para todos nós.

Entre tantos temas importantes a absurda reforma trabalhista e seus retrocessos, foi pauta nas palestras, nos corredores, nas conversas dos intervalos... Ninguém aceita, não é possível aceitar. Ela não é perversa apenas com os brasileiros. Representantes de países latino-americanos, que participaram da IX Jornada Iberoamericana de Inspeção do Trabalho, que sempre acontece na programação do evento, relataram suas preocupações com o impacto da reforma trabalhista nos países vizinhos.

“O Brasil é líder regional, serve de exemplo para os demais”, dizem eles. E que péssimo exemplo estamos dando. Nada na reforma beneficia o trabalhador, nada. Lutamos muito contra. Fomos vencidos, infelizmente. Mas nem por isso encerraremos a luta. Mais do que nunca, nossa categoria precisa estar unida para enfrentar as mazelas que nos atacam diretamente.

Muitas outras discussões foram feitas e podemos afirmar que o 35º Enafit teve um brilho especial. Foram dias de intensos trabalhos e esteve sempre presente alegria dos enafitianos. Tudo isso e mais um pouco está aqui na revista que preparamos para vocês.

**Boa leitura!**



# ABERTURA

Na abertura, o Hino Nacional foi executado pela banda da Polícia Militar do Estado. Em seguida, o artista Pedrinho Mendes apresentou duas canções que retratam um pouco mais dos costumes e peculiaridades do povo potiguar.



# UNIÃO E LUTA

**A importância da luta conjunta contra as dificuldades e medidas severas que atacam o serviço público foi afirmação unânime nas manifestações da solenidade de abertura do 35º Enafit.**

Na noite de 10 de setembro, a acolhedora Cidade do Sol – Natal (RN) recebeu Auditores-Fiscais do Trabalho de diversas partes do país para a abertura do Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho, que chegou à sua 35ª edição. Natal, em 1991, foi sede do 9º Encontro da categoria, que agora volta a se reunir para importantes debates técnicos e políticos. A solenidade contou com mais de 500 participantes.

A cerimônia foi o convite para uma reflexão sobre o momento por que passam a Auditoria-Fiscal do Trabalho e o mundo do trabalho de forma geral. Os discursos foram uníssomos ao clamar pela participação e empenho de todos na luta contra retrocessos e desmonte do serviço público. Após abrir o Encontro, a presidente da Delegacia Sindical do Sinait do Rio Grande do Norte e do 35º Enafit, Virna Damasceno, falou sobre os problemas

enfrentados pela categoria, cada dia mais fragilizada, em razão do baixo número de fiscais, resultado da falta de concursos públicos. Todos esses fatores refletem diretamente na proteção dos trabalhadores brasileiros que deixam de ser alcançados.

Virna disse que a programação técnica do evento, assim como seu tema, foi pensada pela comissão organizadora para abarcar toda essa diversidade de assuntos. Ela lembrou as experiências com projetos pioneiros dos Auditores-Fiscais do Trabalho do Estado, a exemplo do combate ao trabalho infantil e escravo, entre outras, que foram multiplicadas para outras partes do país, contribuindo para a atuação dos Auditores-Fiscais do Trabalho.

Ex-presidentes da Fasibra e do Sinait foram convidados a ocupar cadeiras em frente ao palco e, falando em nome deles, Fahid Tahan Saab, agradeceu a homenagem e a estendeu a todos os Auditores-Fiscais do Trabalho do Brasil que em sua missão souberam preservar aquilo que é mais nobre - o respeito à dignidade humana.



**“CORREMOS O RISCO DE REINVENTAR A RODA, DE RECOMEÇAR DO ZERO, DE PERDER CONTINUIDADE, DE RETROCEDER”**

**Virna Damasceno**  
Presidente da Delegacia Sindical do Sinait do Rio Grande do Norte e do 35º Enafit

**“LUTA...EIS UMA PALAVRA PRESENTE NA NOSSA HISTÓRIA ...E ATUAL”**

**Carlos Silva**  
Presidente do Sinait



**“AS DIFICULDADES SEMPRE EXISTIRAM, E SE EM ALGUM MOMENTO FALTAVA FORÇA, SE CONTRAPUNHA A DESTREZA”**

**Fahid Tahan Sab**  
Ex-presidente do SINAIT



## LUTA CONJUNTA

Dirigentes sindicais puderam manifestar seu apoio à luta conjunta contra qualquer tentativa de desmonte das carreiras e esfacelamento do serviço público enfrentados por todos. Para eles, o tema e os debates são muito importantes para refletir o momento e buscar estratégias de reação.

O representante do Ministério Público do Trabalho, o procurador Luís Fabiano Pereira, destacou que a carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho é o alicerce das instituições que defendem e promovem a dignidade do trabalhador brasileiro.

A deputada federal Zenaide Maia (PR/RN) também lamentou as dificuldades pelas quais passam as instituições públicas sem recursos e acrescentou que um evento como o Enafit dá visibilidade a esses problemas e leva ao conhecimento da sociedade para mostrar que não está tudo normal. Para a deputada, a terceirização plena já representa o desmonte do serviço público e ela, como integrante de um partido da base do governo, não concorda com essas medidas.

**“A CRISE MAIOR É POLÍTICA. NÃO EXISTE PAÍS QUE SAIA DE UMA CRISE SEM INVESTIMENTO NO ESTADO”**

**Zenaide Maia**  
Deputada Federal

“Essa valorização do capital especulativo em detrimento do trabalhador é muito preocupante. Temos que insistir, persistir e nunca desistir”, avaliou a parlamentar.

Sérgio Voltolini, presidente da Confederação Iberoamericana de Inspeção

do Trabalho – CIIT, solidarizou-se com os Auditores-Fiscais na luta contra o retrocesso dos direitos do trabalho e contra o ataque à Inspeção do Trabalho. Parabenizou os dirigentes do Sinaít pelo trabalho e os membros do Comando Nacional de Mobilização – CNM. Já a Secretária de Inspeção do Trabalho, Maria Teresa Jensen, ressaltou que, mesmo que haja divergências, o Encontro proporciona o debate e que os Auditores-Fiscais têm livre acesso à Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT.

**“APESAR DE TODAS AS DIFICULDADES COM OS CORTES ORÇAMENTÁRIOS, NÃO PARAMOS O NOSSO TRABALHO. REAFIRMO MEU COMPROMISSO COM VOCÊS E COM OS OBJETIVOS MAIORES DA NAÇÃO BRASILEIRA, QUE É GARANTIR A PROTEÇÃO AO POVO E CONDIÇÕES SOCIAIS MELHORES”**

**Maria Teresa Jensen**  
Secretária de Inspeção do Trabalho

Maria Teresa citou várias medidas tomadas em sua gestão em prol da organização e avanço da atuação com o foco na proteção do trabalhador, a exemplo de notas técnicas emitidas, cursos de capacitação oferecidos pela Escola Nacional da Inspeção do Trabalho, busca da valorização da Inspeção do Trabalho e a criação da logomarca da SIT. “Estamos buscando restabelecer, reorganizar e reestruturar os nossos normativos internos. Para tanto, contamos com a colaboração de todos por meio de sugestões”, afirmou.



Maria Teresa Jensen  
Secretária de Inspeção do Trabalho.



Sérgio Voltolini  
Presidente da CIIT

## CONQUISTAS

O presidente do Sinait, Carlos Silva, lembrou que poucas carreiras têm uma história tão longa para contar como a dos Auditores-Fiscais do Trabalho. Segundo ele, o Encontro proporciona um espaço de convergência de ideias, de discussão e debate, de construção de estratégias para a constante luta.

“É preciso valorizar as conquistas, que são significativas e almejadas há muito tempo, obtidas com muito esforço, num cenário extremamente desfavorável não só para os Auditores-Fiscais do Trabalho, mas para o conjunto do funcionalismo”, destacou.

As constante e histórica luta da categoria, intensificada nos últimos anos, contra ataques à carreira e aos servidores públicos, para Carlos Silva, só sobrevive com o apoio e participação de toda a categoria são, segundo ele, algumas das batalhas empreendidas e que contam com a união e dedicação da categoria.

De acordo com o presidente do Sindicato, a luta continua e é antiga contra paradigmas propagados pelo governo de que os servidores públicos são os culpados pela crise e, por isso, precisam sofrer cortes. Ele lamentou que parte da

sociedade compre esse discurso como verdadeiro, o que torna o desafio ainda maior.

A atuação com outras entidades e parceiros do movimento sindical dentro do parlamento foi citada para dizer que os Auditores-Fiscais do Trabalho não estão sozinhos e que o Sinait é reconhecido por sua habilidade na interlocução com o movimento sindical dos servidores e trabalhadores em geral.

Para o presidente, é preciso lembrar das conquistas que foram muito importantes para a força e independência da carreira, como a autoridade trabalhista, as competências para a fiscalização do FGTS, as contribuições social e sindical, o sistema próprio de desenvolvimento na carreira e o curso de formação como fase obrigatória do concurso para o cargo, que agora é lei e garante maior qualificação aos que ingressarem na carreira.

Carlos Silva finalizou convidando a todos para o ato público contra o desmonte da Fiscalização do Trabalho e a retirada de direitos dos trabalhadores, que seria realizado dois dias depois, em frente à Superintendência Regional do Trabalho – SRT/RN.



**“LUTA PELO CUMPRIMENTO DA LEI, PELA VALORIZAÇÃO, RESPEITO A DIREITOS CONQUISTADOS E AOS NOSSOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS, POR CONCURSO PÚBLICO, PELA EFETIVIDADE DA ESCOLA NACIONAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO E PELA AFIRMAÇÃO DE NOSSAS COMPETÊNCIAS”**

**Carlos Silva**  
Presidente do Sinait

1º DIA - 11/09

# PARCERIA PARA ENFRENTAR AS NOVAS REGRAS DA REFORMA

*Audidores, Procuradores e Juizes do Trabalho reafirmam importância da integração para assegurar a efetividade das ações fiscais, pós reforma trabalhista.*



No primeiro painel do 35º Enafit um tema que foi recorrente no Encontro: a discussão sobre a reforma trabalhista e o ataque às instituições que atuam em defesa do trabalhador. Para falar sobre o tema foram convidados representantes das carreiras que compõem o tripé da proteção ao trabalhador – Auditoria-Fiscal do Trabalho, Procuradoria Geral do Trabalho e Justiça do Trabalho.

Rosa Jorge, vice-presidente do Sinait, e Vira Damasceno, Delegada Sindical no Rio Grande do Norte coordenaram a mesa em que Patrícia Maeda – ex-Auditora-Fiscal do Trabalho e atualmente Juíza do Trabalho, Guilherme Feliciano – presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, Ângelo Fabiano Farias da Costa – presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, e Carlos Silva – presidente do Sinait, falaram sobre a luta conjunta empreendida pelas entidades contra a reforma trabalhista e as perspectivas de atuação daqui por diante, já com a reforma aprovada.

Ângelo Fabiano iniciou sua fala testemunhando que os Auditores-Fiscais do Trabalho são os primeiros agentes que têm contato com o mundo capital/trabalho. Contou que o Sinait, a Anamatra e a ANPT, desde a apresentação do PL 6787/2016, se uniram para discutir ponto por ponto. O que inicialmente era uma minirreforma, com mudança em poucos artigos, se transformou em algo muito maior na Câmara dos Deputados.

Os presidentes das entidades participaram de diversas reuniões com o relator, deputado Rogério Marinho (PSDB/RN), para evitar que a reforma prejudicasse o trabalhador. Apresentaram emendas, mas nenhuma foi acatada. “Era tudo direcionado para viabilizar a investida do capital sobre o trabalho, tudo para legitimar a reforma. Não houve espaço para as entidades. O monstro modificou mais de 100 artigos e 200 dispositivos da CLT e da lei do trabalho temporário. A luta continuou no Senado, mas a formação política do Congresso não permitiu barrar a reforma”.

O futuro, segundo o procurador, é uma corda bamba para o trabalhador. “Ele perdeu e vai perder direitos. Não vai gerar empregos. É um cardápio de trabalho precário. Pejotização, terceirização. Auditores-Fiscais do Trabalho, Juizes e Procuradores serão essenciais para defender o trabalhador. Haverá muitas fraudes que vamos enfrentar. Se houver intermediação de mão de obra, cabe a nós aplicar a legislação e combater a fraude. Será preciso muita garra, especialmente em tempos de tentativas de desmontar a fiscalização e dificultar o acesso à Justiça”.

Para Ângelo Fabiano, não há dúvida que há artigos inconstitucionais. Porém, há dificuldades no Supremo Tribunal Federal, que tem sido desfavorável à proteção do Direito do Trabalho. A defesa não poderá ser feita de forma desordenada, deverá haver cautela, para não correr o risco de engessar a fiscalização e a Justiça. “A reforma e ações do governo enfraquecem a fiscalização e a Justiça do Trabalho. Dizem que a JT é muito protetiva. Mas ela foi criada para quebrar o paradigma do conflito capital/trabalho, para proteger e diminuir a desigualdade. Agora tentam inverter a lógica da proteção, trazendo mais proteção para o capital do que para o trabalho, criando segurança jurídica para a retirada de direitos”.

O principal engodo da reforma, na opinião do presidente da ANPT é o negociado sobre o legislado, em que os trabalhadores serão enganados e renunciarão a direitos, finalizou:

**“MANTER UNIÃO E DISCUTIR PARA TER UNIFORMIDADE NA ATUAÇÃO DAS ENTIDADES E CARREIRAS É ESSENCIAL. O NORTE É SEMPRE A PROTEÇÃO SOCIAL. AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO SÃO ESSENCIAIS PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA E A ANPT SEMPRE ESTARÁ JUNTO DO SINAIT PARA FORTALECER NO QUE FOR NECESSÁRIO”**

**Ângelo Fabiano**  
Presidente da ANPT



Enafitanos atentos ao painel que tratou da reforma trabalhista.



Ângelo Fabiano reforçou a necessidade de parceria entre as entidades.

## RETROCESSO

A Anamatra, segundo seu presidente, Guilherme Feliciano, “está com o Sinait pela valorização da carreira e fortalecimento de sua função”. Sobre a reforma, afirmou que seus defensores diziam que era modernização da lei, o que, para ele, é questão de ponto de vista. “Esta lei moderniza no sentido do que os pensadores chamam de modernização conservadora, tipo ofertado pelos governos nos anos 1980”.

O retrocesso, segundo o Juiz do trabalho, é de mais de 200 anos, pois, depois de mais de dois séculos dos primórdios do Direito do Trabalho, em que a jornada de trabalho e a idade para o trabalho foram limitadas, por exemplo, em fábricas de tecelagem, o Congresso Nacional estabelece que jornada de trabalho não diz respeito à segurança e saúde do trabalhador.



Guilherme Feliciano, presidente da Anamara

Feliciano ponderou que o espírito da lei, desde a origem, era o de fazer prevalecer o negociado sobre o legislado. Faz de conta que reconhece a emancipação jurídica e política dos sindicatos, acaba com a intervenção do Estado. Seria preciso ter uma outra realidade sindical. Há 17 mil sindicatos no país, com pouca sindicalização e maioria de entidades fracas, sem representatividade. Os fracos estarão empoderados. A Anamatra, esclareceu seu presidente, é contra a contribuição sindical obrigatória, porém, retirá-

la desta forma, vai quebrar muitos sindicatos. A reforma, de maneira contraditória, tira a fonte de financiamento ao mesmo tempo em que faz o discurso do fortalecimento.

Além disso, a reforma atinge a Justiça do Trabalho, à qual o Parlamento manda um recado claro: não se meta muito. A bondade da atuação está na discricção. Mas, para ele, os juizes do Trabalho continuarão apontando as inconstitucionalidades e ilegalidades, pois há indignação na magistratura do trabalho diante das falácias que foram repetidas e usadas para justificar a reforma. A informação de que o Brasil tem 98% dos processos trabalhistas do mundo é falsa, assim como a de que a Justiça do Trabalho espanta empresas do país. “O que chega na Justiça do Trabalho? 50% dos pedidos são por verbas rescisórias não pagas. Não são teses mirabolantes. São direitos básicos do trabalhador demitido, direito que não é respeitado. É uma elevada litigiosidade. É legislação que estimula o litígio ou cultura de sonegação? E ainda tem acordos”, disse Guilherme Feliciano.

**“O QUE TEMOS É A LEI. A NORMA É A INTERPRETAÇÃO DA LEI. TENHO ALGUMAS CERTEZAS. O NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO NÃO SE ADMITE A QUALQUER PREÇO. DESPROTEGER NÃO EMANCIPA. DESUMANIZAR NÃO HUMANIZA”.**

**Guilherme Feliciano**  
Presidente da Anamatra

Feliciano concluiu com a frase do escritor português Pedro Chagas Freitas: “Triste figura, a daqueles que vivem como num jogo de espelhos em que só eles se veem refletidos”.

## TEMPOS DIFÍCEIS

Ajuíza do Trabalho Patrícia Maeda, presidente da Amatra XV, foi Auditora-Fiscal do Trabalho por dez anos e diz que a experiência a acompanha na Justiça do Trabalho. Em sua avaliação, os tempos são difíceis. A juíza analisa que a fiscalização precedeu o Direito do Trabalho e que a especificidade de sua atuação é que, por vistoriar diretamente o chão de fábrica, é o primeiro agente a ter contato com o conflito capital/trabalho. “Combate a precariedade e tem o potencial de eliminar o risco de acidentes, combate o trabalho escravo. A tentativa de alterar o conceito de trabalho escravo também está relacionada à fiscalização. Prorrogar a jornada por mais de duas horas por dia está na reforma trabalhista e a jornada é uma das formas de caracterizar o trabalho escravo. A fiscalização é observada de vários lugares”.

A reforma trabalhista, para ela, assegura agora o poder quase ilimitado do capital. Uma lei contra o povo pode ser considerada legítima e constitucional. “Foram realizadas audiências públicas – diversos atores sociais se empenharam em mostrar aos parlamentares o quanto a reforma seria prejudicial. Denunciaram as falácias, inconstitucionalidades. Falaram, mas nenhum apelo para uma melhor reflexão foi levado em consideração. A cada audiência pública o processo legislativo foi acelerado para evitar a tomada de consciência. Resistimos e perdemos. O processo vinha sendo gestado há muito tempo. Mas não acreditávamos que virasse realidade. Viabilizou ideais inconcebíveis. A luta agora mudou de lugar porque os operadores do direito deverão dar uma interpretação ao que virá”.

“Com uma desgraça dessa, por que o povo não está na rua?”. Segundo Patrícia Maeda, porque foi convencido antes, com discurso ideológico. Direitos conquistados

são considerados privilégios e o discurso adotado é o da austeridade. Maeda acredita que o artigo 9º da CLT seja a solução: “Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação”. Os operadores do Direito, para a juíza, não poderão ficar indiferentes.

**“DESPERTAR O DEBATE SOBRE UMA RETÓRICA DE QUE A REFORMA É NATURAL, INEVITÁVEL, É PRECISO. A AMEAÇA NÃO É NOVA, É PRECISO RESISTIR E IR ALÉM. AVANÇAR É O QUE NOS FARÁ MENOS DESIGUAIS E INJUSTOS, E ESPERAMOS, UM DIA, MAIS JUSTOS”.**

**Patrícia Maeda**  
Juíza do Trabalho



## PONTA DO ICEBERG

Para Carlos Silva, presidente do Sinait, o texto inicial da reforma era apenas a ponta do iceberg. “Não é e nunca acreditamos que seria só aquilo. Essa lei se soma a outros ataques como a aprovação da terceirização irrestrita, alteração dos códigos Comercial e Penal, tentativa de terceirização da fiscalização com a transferência do poder de polícia para a iniciativa privada – inspirado na onda conservadora do Congresso. Essa reforma aprovada não conseguiu alcançar toda a legislação protetiva. Eles querem mais e vão avançar sobre outras leis e formas”.

Uma das formas é o ataque às instituições. “Questionam a necessidade da fiscalização e da Justiça do Trabalho. Tentativas de impregnar a ação do MPT como sendo de ideologismos. Extinção do Ministério da Previdência Social, um ataque duro e o início da reforma da Previdência. E tem a ver com a reforma trabalhista. Atacam e têm como alvo principal o trabalhador”, disse o Auditor-Fiscal do Trabalho.

A reforma trabalhista tenta legalizar o ilegal, dar um ar de normalidade a fraudes – salários menores, jornada maior, mais acidentes, rotatividade, contratos fraudulentos. “É uma realidade que conhecemos muito bem e que já é projeto fracassado em outros países, como na Espanha. Não aumenta emprego, não moderniza. O México é outro mau exemplo. Não existem argumentos, a não ser interesses próprios”.

Carlos Silva destacou que Sinait, ANPT e Anamatra estiveram juntos em todas as trincheiras que discutiram a reforma e os projetos de reformas sociais como a trabalhista e a previdenciária. Fizeram Notas Técnicas que questionaram aspectos de constitucionalidade. “A reforma é irresponsável com a Previdência, pois a massa salarial reduzida e a contratação autônoma diminuirão a arrecadação”.

“Estamos fazendo o trabalho que temos obrigação de fazer, a defesa do ordenamento da proteção social do país. O cargo nos impõe isso. Fazemos reflexões, ocupamos espaços públicos. Para defender a Constituição Federal, orientar nossa atuação, e temos estratégias.



Carlos Silva

Categorias unidas com a academia, na discussão do Estatuto do Trabalho, que será agora a trincheira para positivar o debate dentro do Congresso”, ressaltou o presidente do Sinait.

O Sinait criou um grupo de trabalho sobre o Estatuto do Trabalho e tem a expectativa de que a Secretaria de Inspeção do Trabalho faça a avaliação sistemática da reforma trabalhista para orientação dos Auditores-Fiscais do Trabalho na fiscalização em relação à lei, zelando pelo cumprimento da Constituição Federal. “Estaremos atentos às orientações das rotinas da fiscalização – isso tem que ser feito pela SIT e não aceitaremos interferências do MTb”. Carlos Silva citou outras trincheiras como a II Jornada de Direito Material e Processual, organizada em conjunto pelo Sinait, ANPT, MPT e Abrat, considerado um importante espaço de construção e interpretação da nova lei, para impedir que prejudique os trabalhadores.

“O trabalho articulado das entidades, de compromisso, que enfrenta inimigos poderosos, para defender o povo e a Constituição, nos dá a certeza de que estamos do lado certo”, finalizou.

## ENCONTRO COM PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SST

***Palestra foi um momento importante de interação entre Auditores e comunidade local, quando profissionais e estudantes conheceram um pouco mais sobre o papel da fiscalização e puderam esclarecer várias dúvidas relacionadas a questões que enfrentam diariamente.***

Profissionais e estudantes da área de saúde e segurança tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o papel da fiscalização do trabalho em segurança e saúde do trabalhador, além de receber informações e orientações novas relacionadas ao eSocial. A realidade dos acidentes do trabalho no Brasil foi abordada, destacando o expressivo número de 700 mil anualmente, que resultam em três mil mortes. As discussões aconteceram na manhã do primeiro dia de Encontro, em paralelo com a programação técnica, cumprindo o papel de fazer a Auditoria-Fiscal do Trabalho interagir com a sociedade.

O Auditor-Fiscal do Trabalho Calisto Torres Neto falou sobre um acontecimento recorrente, porém, ainda escondido, que são os afastamentos por adoecimento no trabalho e alertou para o fato de que trabalhar sob pressão é um fator de risco para o surgimento de doenças.

Torres Neto disse ainda que, em 34 anos de trabalho na fiscalização, 2017 foi o pior ano, com cortes que comprometem a qualidade da ação dos Auditores-Fiscais e colocam em risco a vida dos trabalhadores. O Rio Grande do Norte tem 50 Auditores, sendo 40 em serviço externo, dos quais 14 atuam na área de saúde e segurança. A questão da pequena quantidade de Auditores no Estado se agrava com o fato de que 15 deles estão aptos a se aposentar. Para Calisto, o número de acidentes de trabalho é alto porque no Brasil é barato se acidentar, uma vez que não há indenizações com compensação financeira adequada.

**“PRECISAMOS NOS PREOCUPAR E INCOMODAR AS PESSOAS SOBRE O TEMA, PORQUE QUANDO A SOCIEDADE SE PREOCUPA MUITO COM UM PROBLEMA, ELE SE RESOLVE.”**

**Calisto Torres**  
Auditor-Fiscal do Trabalho Federal



Calisto Torres: trabalhar sob pressão é fator de risco para a saúde

**“ISSO VAI PROPICIAR FACILIDADE MAIOR TANTO NA QUESTÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS QUANTO DE DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS.”**

**Luiz Antônio Medeiros**  
Auditor-Fiscal do Trabalho



Luiz Antônio: o eSocial será totalmente implantado até janeiro de 2019

## eSOCIAL

Luiz Antônio de Medeiros Araújo falou sobre o eSocial e as atualizações do programa, que foi implantado em 2015, para atender aos trabalhadores domésticos. A nova versão do layout do programa, válida desde julho, traz uma série de melhorias e correções decorrentes de sugestões das empresas que participam do grupo de validação do ambiente de testes. Uma nova versão está sendo desenvolvida para atender, em especial, as demandas impostas pela reforma trabalhista.

Segundo Luiz Antônio, a nova versão vai trazer mudança significativa, uma vez que as informações prestadas pelo empregador terão melhor qualidade em relação ao que se tem atualmente. “Isso vai propiciar facilidade maior tanto na questão de direitos trabalhistas quanto de direitos previdenciários. Algumas novidades estão relacionadas ao teletrabalho, à exclusão da jornada de descanso da CLT e a

questões relativas a um novo tipo de rescisão, que é aquela feita por acordo, também prevista na reforma trabalhista”, disse.

Empregadores domésticos, empresas com até três empregados, microempreendedores individuais e empregadores rurais com até sete empregados devem fazer o registro no eSocial por meio de um código de acesso. Demais empregadores o farão por certificado digital ICP Brasil.

O cronograma de implantação do eSocial prevê que até janeiro de 2019 todos os empregadores tenham acesso ao sistema para unificação das informações. Em janeiro de 2018 serão contempladas empresas com faturamento de até R\$ 78 milhões; em julho do mesmo ano aquelas com faturamento superior a este montante e no prazo final – janeiro de 2019 –, as demais.

## AÇÕES DA SIT PARA MELHORAR A FISCALIZAÇÃO

*O Enafit trouxe, mais uma vez, em sua programação técnica, a oportunidade de diálogo entre a categoria e a Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT. A secretária Maria Teresa Pacheco Jensen e integrantes de sua equipe participaram do evento expondo as principais atividades da SIT, em painel coordenado pelos diretores do Sinaít Francimary Michiles e Sebastião Estevam.*

Os Auditores-Fiscais que acompanharam a secretária deram breve depoimento de que os desafios que enfrentam são muitos. Mas com dedicação e harmonia e, principalmente, a ajuda de colegas de diversos Estados têm conseguido avançar em muitos pontos.

O planejamento foi uma ferramenta muito valorizada pela secretária Maria Teresa. Com planejamento é possível fazer a previsão de situações para uma execução mais rápida e eficiente. A SIT tem providenciado cursos de gestão e oficinas cujas sugestões estão sendo aproveitadas no dia a dia do trabalho da secretaria e ainda mídia training, para orientar os Auditores-Fiscais a lidar com a imprensa, atendendo a uma reivindicação para que possam falar com jornalistas, porque entendem que perdem espaço com essa limitação.

A secretária informou que fechou um acordo com o ministro Ronaldo Nogueira para não arar o combate ao trabalho escravo, mas não há dinheiro para viagens. Segundo ela, a SIT receberá R\$ 10 milhões que serão suficientes para as ações até o final deste ano.

Sobre a portaria da remoção, muito aguardada pela categoria, ela explicou que a SIT fez sugestão de texto, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos demorou para discutir, a Conjur fez parecer e não concordou com alguns pontos. Na opinião de Maria Teresa, a portaria dará solução a algumas situações e enquanto não há solução definitiva, as permutas serão permitidas para tentar ajudar quem está insatisfeito.

A SIT produziu Nota Técnica para apoiar o pedido do Ministério do Trabalho junto ao Planejamento pela realização de concurso público com 1.190 vagas. “Tivemos muitas conversas com o Augusto Chiba. Ele não disse que não apresentasse a nota, mas ainda não deu solução. Justificamos o pedido com a curva de aposentadoria e em termos financeiros. A SIT fez a sua parte, mas não tem ainda um aceno positivo do Planejamento”, disse a secretária.

A Escola Nacional de Inspeção do Trabalho - Enit já está pronta para fazer a capacitação de novos Auditores-Fiscais do Trabalho. O portal foi atualizado e tem conteúdo, como as Notas Técnicas recentes e também as mais antigas serão lá colocadas. É um canal de comunicação com a categoria. Já tem conteúdo. Todas as Notas Técnicas serão colocadas no portal. “A Escola tem produzido vídeos e campanhas como a Canpat e influenciando outros órgãos. Nessa campanha vários prédios públicos foram iluminados de verde, por exemplo”.

A SIT está trabalhando para construir um escritório de informática próprio, armazenar os dados da fiscalização e evitar perda de dados como a que ocorreu recentemente. O serviço geral não tem atendido às necessidades da secretaria e a busca é por autonomia e aumento da capacidade de comunicação. Por meio de um convênio com a UnB estão sendo adquiridos equipamentos mais pesados, provedores e um Big Data – o Google da fiscalização –, que terá todos os dados para cruzamento de informações.

Maria Teresa disse que a SIT está conseguindo, aos poucos, o acesso a dados do INSS e da Receita Federal, o que permitirá mudar procedimentos e avançar nas

fiscalizações para alcançar os pontos mais importantes. Também estão em negociação para obter o acesso ao banco de dados da Caixa Econômica Federal. Diante da negativa, o caso está sendo levado ao Conselho Curador do FGTS.

A SIT está fazendo um estudo da classificação das ações fiscais em complexas, médias e simples, para permitir a distribuição igualitária do trabalho e ainda o mapeamento dos processos de trabalho para garantir mais eficiência.

---

**“QUANDO ESTAMOS NUMA ROTINA, MUITAS VEZES O OLHAR FICA VICIADO E NÃO VEMOS O QUE PODE SER MUDADO PARA ATENDER MELHOR O CIDADÃO. SÃO PROCESSOS DE GESTÃO QUE LEVAM TEMPO, MAS DÃO BONS RESULTADOS”**

**Maria Teresa Jensen**  
Secretária de Inspeção do Trabalho

---

## REFORMA TRABALHISTA

Diante da realidade da reforma trabalhista, a secretaria está fazendo as interpretações a partir dos princípios constitucionais. “Temos que construir o caminho. Os elementos da relação empregatícia são os mesmos. Vamos continuar reconhecendo o vínculo onde ele existe, onde há fraude vamos atuar da mesma maneira. Vamos ter instrumentos de trabalho para saber como proceder diante de novas situações a partir da reforma trabalhista”, garantiu Maria Teresa Pacheco. Estão sendo desenvolvidas Instruções Normativas sobre diversos assuntos como jornada, trabalho temporário, embargo

e interdição por meio do Sistema Auditor. Também estão sendo promovidas mudanças em processos internos e ementário em razão das mudanças trabalhistas. Ela lembrou que os Auditores-Fiscais do Trabalho têm opção de participar e sugerir pela internet. “A SIT quer ouvir a categoria, mas de forma técnica, e não por rede social”.

No campo da Segurança e Saúde no Trabalho a SIT está fazendo a defesa da competência exclusiva da fiscalização pelos Auditores-Fiscais do Trabalho, pois há muitos órgãos interessados em invadir competências da fiscalização. “A secretaria entregou ao MPT trabalho que deixa claras as competências da fiscalização e da saúde para que o MPT deixe



Maria Teresa: trabalhando com planejamento

de notificar Cerests sobre fiscalização de NRs. Não pode haver concorrência dos Cerests na área de fiscalização. Temos que ter aproximação com juizes para pacificar este entendimento”, defendeu a secretária.

A SIT reservou recursos para pagar e ter condições de igualdade nas negociações do eSocial e interação com outros órgãos. O Big Data também vai absorver o eSocial. Mas segundo a secretária, “há ainda um trabalho de convencimento de que devemos seguir adiante”.

Na questão da identificação, a Carteira de Identidade Fiscal – já estará com a nova portaria pronta e será lançada com a logomarca da SIT. O PIN que será a autorização para entrar em qualquer órgão sem qualquer outra identificação, pois terá número de série. “Caso um Auditor-Fiscal perca o PIN deverá fazer ocorrência. Não é simplesmente um botton”. Também estão em licitação os coletes com identificação para os Auditores-Fiscais do Trabalho.

Estão sendo firmados convênios com a Escola de Turim e autorizada rubrica para cursos no exterior. Os recursos são limitados, haverá seleção. A SIT defendeu no Ministério do Planejamento que Auditores-Fiscais em licenças para realização de cursos continuem tendo direito à progressão na carreira e remuneração.

A Auditoria-Fiscal do Trabalho no Brasil, segundo Maria Teresa, continua sendo um exemplo para o mundo e é procurada para fazer capacitação para agentes estrangeiros nas áreas de trabalho infantil, inspeção em área rural e muitos outros assuntos.

ASIT ainda trabalha pelo desenvolvimento do Endereço Eletrônico Trabalhista para o envio de autos de infração, acabando com o envio postal, cujo custo individual é de R\$ 9,00. “Será economia de tempo e dinheiro, além de avanço para as rotinas de trabalho”, concluiu a secretária.

## DEBATE

No debate, Maria Teresa esclareceu que não há estudo para mudar o modelo atual da Auditoria-Fiscal do Trabalho, mas, sim, há estudo para direcionar o concurso público para a contratação de mais profissionais da área de segurança e saúde.

Questionada em relação ao planejamento da SIT, que não estaria alinhado com o combate à reforma trabalhista, a secretária disse que o planejamento dá diretrizes e que os Estados podem discutir suas prioridades. Mas lembrou que a SIT tem que cumprir princípios e diretrizes, e criar normas. Além disso, há metas a serem atingidas para o pagamento do bônus.

Ela ainda informou que 1.100 ultrabooks foram adquiridos e que se houve algum problema no recebimento, isso deve ser reportado à SIT. Os equipamentos estão sendo adquiridos de acordo com a demanda que veio das Superintendências e com os recursos do FGTS.

Como último ponto, Maria Teresa esclareceu sobre a progressão na carreira. Na Receita Federal, a área responsável é comandada por um Auditor-Fiscal que entendeu que a progressão se aplicava. No MTb o pessoal entendeu que não cabia. Ambos consultaram o MP, que ainda não respondeu.

Até julho as conversações com o Planejamento estavam caminhando bem. De lá pra cá, parou, provavelmente em razão das medidas anunciadas pelo governo em relação ao funcionalismo. A avaliação é de que a posição do Planejamento sempre foi pela não progressão e já deu retorno de que não é para implementar para a Receita no mês de setembro. O processo, certamente, será suspenso.

**“A SIT QUER OUVIR A CATEGORIA,  
MAS DE FORMA TÉCNICA, E NÃO  
POR REDE SOCIAL”.**

**Maria Teresa Jensen**  
Secretária de Inspeção do Trabalho



# DEN ESCLARECE ENAFITIANOS E DESTACA VALOR DO SINAIT

*Sob o tema “Encontro com a Diretoria Executiva do Sinait”, o presidente do Sindicato, Carlos Silva, e a vice-presidente Rosa Jorge, relataram as lutas do Sindicato empreendidas para alcançar conquistas importantes para a categoria. Rosa iniciou a conversa ressaltando que o espaço do Encontro destinado a essa conversa e esclarecimento de dúvidas é muito importante por ser uma das raras oportunidades que o Sinait tem para estar com tantos colegas de diferentes Estados ao mesmo tempo. Ela fez uma breve retrospectiva da luta da categoria e dos avanços conquistados com muita dificuldade diante de forças poderosas e contrárias.*

Desde a fase em que eram celetistas até tornarem-se estatutários, no final do ano de 1985, essa foi a primeira grande vitória da categoria, segundo a vice-presidente. “Hoje, temos dificuldades, mas outras categorias também têm. Lutamos muito, mas valeu a pena”, avaliou.

Muitas adversidades foram enfrentadas e a categoria não contou com o apoio de ministros e, em alguns momentos, nem mesmo da própria Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, lembrou Rosa Jorge. Em 2008, a categoria realizou a primeira campanha salarial conjunta

com os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, fez greve durante 45 dias e zerou o SFTT. Conquistou, com tudo isso, o subsídio que, na época, era a única forma de manter a carreira em patamar isonômico com outras similares. Porém, a real intenção do governo era congelar os salários e engessar a carreira, criando uma espécie de novo “carreirão”. Todo reajuste reivindicado era negado com a justificativa de que teria que ser estendido às demais carreiras que também recebiam por subsídio.

Segundo ela, a partir daí ficou evidente que era necessário criar outra forma de remuneração para evitar que se repetisse a campanha salarial de 2012, cujo reajuste foi de 15% divididos em três anos. O bônus de eficiência foi a saída encontrada, em conjunto com os Auditores-Fiscais da Receita. Porém, de acordo com a dirigente, o Sinait exigiu princípios como a avaliação institucional e não individual e a preservação da paridade entre ativos e aposentados, justificada pela longa tramitação dos processos que só são concluídos após os Auditores-Fiscais do Trabalho que deram início a eles se aposentarem.

“Nas negociações da campanha salarial de 2015/2016 conseguimos que o bônus fosse aceito pelo governo e, mais ainda, que ele fosse pago aos aposentados e pensionistas, e vamos conseguir que ele seja integral”, concluiu.



Carlos Silva explicou que a criação do bônus de eficiência foi fundamentada em detalhado estudo que justificou sua necessidade. Tivemos que provar o impacto financeiro da atuação dos Auditores-Fiscais do Trabalho, porque o trabalho não é apenas social. “Foram necessários pareceres muito bem fundamentados para que o bônus fosse criado. O governo dificultou e, por isso, nossa campanha salarial durou quase dois anos com duas greves - mais longas, difíceis e complexas da história da categoria”.

Mais de 400 Auditores-Fiscais do Trabalho estiveram em Brasília para o trabalho parlamentar. Além de todos os entraves na negociação, a categoria enfrentou o *impeachment*, problemas envolvendo grandes autoridades do Parlamento, afastamento de presidentes da Câmara, denúncias de corrupção que paralisaram o Congresso Nacional e que desviaram o foco das votações, duas reformas ministeriais que atingiram o Ministério do Trabalho, mudanças de secretários de Inspeção do Trabalho e da secretaria-executiva do Ministério. “Apesar de tudo isso, o nosso acordo ficou igual ao dos Auditores-Fiscais da Receita, mesmo estando em mesas de negociação separadas”.

Para o presidente do Sinait, isso se deveu ao trabalho e articulação do Sindicato com o apoio da categoria, que participou e lutou. Ele destacou que a autoridade trabalhista é uma das conquistas que selam a importância da carreira e seu espaço no mundo do trabalho. Outro significativo avanço que a Lei 13.464/17 trouxe foi a competência institucional da fiscalização do FGTS, das contribuições Social e Sindical. “A tabela remuneratória que está na lei teve seus padrões reduzidos e o valor da remuneração de ingresso no cargo foi ampliada, valorizando a carreira”, lembrou.

Carlos Silva também ressaltou a importância da implementação do controle diferenciado de registro de ponto para os ocupantes de cargos de chefia. “Esta foi uma grande conquista que a categoria reivindicava há muito tempo”. Ele reiterou que a carreira se mantém em greve e, este fato permite a segurança ao Comando Nacional de Mobilização de orientar a categoria à luta. Além disso, informou que a portaria que estabelece a realização do concurso de remoção já está pronta, mas ainda não foi publicada e o Sinait busca as razões da espera.

## MANDADO DE SEGURANÇA

Em relação à medida para garantir o pagamento do bônus aos aposentados e pensionistas, o presidente informou que o Mandado de Segurança impetrado na semana passada também é assinado pelo Sindifisco Nacional. Nesta segunda-feira, 11, o MS foi distribuído à relatoria do ministro Ricardo Lewandowski.



Rosa Maria Jorge

# REFORMA TRABALHISTA EXIGE OUTRO OLHAR NA DEFESA DOS TRABALHADORES

Defendida pelo governo como ação prioritária para colocar as contas em dia, estimular a economia e criar empregos, a reforma trabalhista sancionada em um contexto de forte crise econômica e política é um tapa na cara dos trabalhadores brasileiros e uma afronta ao futuro da fiscalização do trabalho no país. Apesar de muito discutida, foi aprovada a partir de componente político, para atender ao mercado e à revolta dos trabalhadores e dos atores sociais do mundo trabalhista. Os desafios da fiscalização do trabalho a partir deste contexto foram discutidos no 35º Enafit.

Para a Auditora-Fiscal Mônica Duailibe, a reforma carece de legitimidade social, institucional e de fundamentação teórica. “Os objetivos declarados para a reforma foram modernização e geração de empregos, porém os objetivos reais passaram pela desresponsabilização dos empregadores; redução máxima dos custos variáveis, à custa da desvalorização do trabalho; reconfiguração do mercado de trabalho nacional e das formas de ocupação e enfraquecimento das instituições de regulação do trabalho”, analisou.

De acordo com Mônica Duailibe, além da flexibilização, a reforma aprovada desregula aspectos fundamentais da relação de emprego.

**“É UM CASO ESPECÍFICO  
DE INTERVENÇÃO  
POLÍTICA MUITO BEM-  
SUCEDIDO, NO CONTEÚDO  
E NA FORMA”.**

**Mônica Duailibe**  
Auditora-Fiscal do Trabalho

Agora, a questão central é definir o papel e as atribuições da Auditoria-Fiscal do Trabalho a partir desse reordenamento no mundo do trabalho. Para ela, torna-se urgente uma articulação de forças com entidades de classe e com o movimento sindical, mas também é muito importante um trabalho de divulgação das consequências do desmonte do setor público e dos resultados – sociais e econômicos – da maior precarização do mercado de trabalho nacional.



## DIRECIONAMENTO

A Auditora-Fiscal Margarida Barreto alertou para o fato de que os Auditores-Fiscais precisam se posicionar frente a todas as mudanças porque estão na linha de frente da defesa dos trabalhadores.

**“SOMOS OS PRIMEIROS A TER  
CONTATO COM A REALIDADE  
NUA E CRUA DO QUE ACONTECE  
COM OS TRABALHADORES.  
SOMOS OS PRIMEIROS A  
APLICAR AS NORMAS, MAS  
SEMPRE FOMOS MUITO  
TÍMIDOS QUANTO A ISSO.  
ESTÁ ERRADO. NÓS TEMOS  
QUE FAZER A INTERPRETAÇÃO  
E SERMOS OS PRIMEIROS A  
APLICAR. TEMOS QUE DAR  
DIRECIONAMENTO DE COMO  
VAI SER. A GENTE TEM QUE  
TER UMA CONSCIÊNCIA SOCIAL  
MUITO AGUÇADA”**

**Margarida Barreto**  
Auditora-Fiscal do Trabalho

Margarida falou também sobre a terceirização que tem histórico triste no país, com reveses em 2017, a partir da Lei 13.429/17, que fez alteração na lei de trabalho temporário, liberando a atividade-fim. Em sua opinião, como isso não trouxe segurança, a previsão foi ratificada no texto da reforma trabalhista.



Margarida Barreto, Auditora-Fiscal do Trabalho.

“A verdade é que os articuladores da reforma fizeram uso estratégico do espaço político e romperam com os pressupostos do direito do trabalho”. Ela fez um apelo para os Auditores-Fiscais assumirem esse protagonismo: “Faço aqui um convite para a gente reexistir no mundo jurídico e político”.



Mônica Duailibe, Auditora-Fiscal do Trabalho.

Já Alex Myller defende que os Auditores-Fiscais do Trabalho apliquem as convenções das quais o Brasil é signatário. Para ele, as convenções são regras, por isso não é possível aplicar norma contrária. “Algumas partes da reforma chegam a ser ofensas ao direito adquirido. Mesmo que o acordo coletivo transponha esses direitos, não se pode tirá-los”.

A prevalência do negociado sobre o legislado foi abordada por Alex Myller, que afirmou já existir essa previsão na Constituição de 1988, porém com objetivo de melhorar a condição social dos trabalhadores. Em sua opinião a alteração feita na reforma trabalhista pretende o desvirtuamento da negociação coletiva, que poderá ser meio de retirada dos direitos de que atualmente gozam os empregados, mesmo sem contrapartida. Além disso, o assunto fragiliza muitas entidades sindicais laborais, solapadas pela retirada abrupta de sua principal fonte de financiamento.

Apesar de todas as mazelas trazidas pela reforma os painelistas entendem que ainda há meios de defender os trabalhadores, como a aplicação das convenções em detrimento da nova CLT, uma vez que são regras estabelecidas e se sobrepõem a qualquer decisão em contrário.



Alex Myller, Auditor-Fiscal do Trabalho.



# ATO PÚBLICO CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS

**Audidores-Fiscais do Trabalho de todo o país e sindicalistas de várias categorias de trabalhadores do Rio Grande do Norte se uniram em ato público contra o desmonte da Fiscalização do Trabalho e a retirada de direitos dos trabalhadores, no dia 12 de setembro, segundo dia do evento, em frente à sede da Superintendência Regional do Trabalho – SRT/RN.**

O Sinait organizou o ato público para denunciar os ataques do governo à fiscalização do trabalho e aos trabalhadores, por meio de medidas que enfraquecem a ação dos Auditores-Fiscais do Trabalho, como o corte de mais de 70% dos recursos da fiscalização. Algumas ações enfraquecem também os trabalhadores, como a aprovação da reforma trabalhista e da lei da terceirização irrestrita.

Para o presidente do Sinait, Carlos Silva, destruir o serviço público é uma forma perversa de atingir toda a sociedade que precisa dos serviços essenciais prestados pelo Estado. “Os Auditores-Fiscais do Trabalho lutam para que as superintendências atendam bem as necessidades dos trabalhadores, que têm seus direitos retirados por aqueles que se apropriam do resultado do nosso trabalho. As instituições públicas existem para garantir o equilíbrio das relações sociais e trabalhistas”.

A corrupção foi apontada por Carlos Silva como um mal praticado por quem não tem compromisso com o serviço público. “A corrupção é a razão para o governo retirar direitos dos trabalhadores de se aposentarem, para retirar a condição de proteção da CLT na reforma trabalhista. É a corrupção que envergonha o país e não os servidores públicos que têm compromisso com a lei e se dedicam a

atender a população com excelência. Estamos aqui em frente à casa do trabalhador para dizer que os que defendem a reforma trabalhista e o fim do serviço público, não estão preocupados com o povo brasileiro”.

A crise, segundo o presidente do Sinait, é só para os trabalhadores e não para os ricos, para os grandes empresários que se aproveitam do sangue e do suor dos trabalhadores. O sacrifício é imposto apenas aos trabalhadores e servidores públicos. Por isso, a resposta da população para mudar esse cenário deve ser nas urnas em 2018. “Quem foi a favor da reforma trabalhista não deve voltar para o Congresso Nacional. No Rio Grande do Norte está o carrasco dos trabalhadores, que foi o relator da reforma trabalhista, o deputado Rogério Marinho. Deve haver uma limpa geral no Congresso”.

Para a vice-presidente do Sinait, Rosa Jorge, o Estado abandona os trabalhadores ao retirar recursos da fiscalização. “Não teremos como garantir segurança. O número de acidentes aumenta porque faltam Auditores-Fiscais do Trabalho para fazer a prevenção. Não interessa ao Estado fazer a defesa do trabalhador. Por isso viemos aqui mostrar nossa indignação e fazer a denúncia do desmonte da fiscalização”.

Rosa Jorge lembrou a Chacina de Unai, crime em que foram assassinados, em 28 de janeiro de 2004, três Auditores-Fiscais do Trabalho e um motorista do Ministério do Trabalho. “O Estado falha com a punição dos mandantes deste crime, que já foram condenados a 100 anos de prisão cada um, mas continuam em liberdade, aproveitando a vida. Eles precisam ir para a cadeia, que é lugar de criminoso. Justiça já!”.

## LUTA CONJUNTA

A reforma trabalhista, para Alceu Flores, ex-presidente da Fasibra, rasgou a CLT. Os servidores públicos e trabalhadores devem se unir para travar uma grande luta para resgatar as leis trabalhistas.

Pedro Paulo Martins, Delegado Sindical do Sinait no Rio de Janeiro, leu o Manifesto que tem sido divulgado para denunciar a tentativa de despejo da SRT/RJ do Palácio do Trabalho na capital carioca. A luta tem sido árdua, ao lado do Sinait, para evitar esse desfecho.

Railene Cunha, de Alagoas, denunciou que, atualmente, os Auditores-Fiscais do Trabalho de seu Estado estão

sem teto. Entretanto, estão na rua, que é onde a fiscalização se realiza. Conclamou os sindicalistas a se reaproximarem da Auditoria-Fiscal do Trabalho para fortalecer a luta geral dos trabalhadores.

Mário Diniz, da Bahia, sugeriu que o ato público seja uma atividade permanente dos Encontros Nacionais, pois reúnem Auditores-Fiscais de todo o país. Para ele o desmonte da fiscalização não é um ato isolado e os trabalhadores devem exigir do Ministério do Trabalho a prestação de serviços à sociedade. A luta conjunta dos trabalhadores e dos Auditores-Fiscais será a saída para acabar com a crise.



Audidores-Fiscais do Trabalho fizeram protesto em frente à sede da SRT/RN.



# UNIÃO

Sindicalistas que foram apoiar o protesto dos Auditores-Fiscais do Trabalho falaram da necessidade da união das categorias de trabalhadores dos setores privado e público. Para eles, é necessário que os trabalhadores tenham mais representatividade no Congresso Nacional, para ter voz ativa. Reconheceram a importância dos servidores públicos em geral, e dos Auditores-Fiscais em particular, para defender os direitos dos trabalhadores.

Francisca Pinto, da União Brasileira das Mulheres, afirmou que as mulheres estão sendo muito prejudicadas com as reformas do governo e disse que é preciso praticar o verbo “esperançar”, que significa, para ela, lutar com esperança. “O trabalhador constrói a riqueza do país e não podemos nos calar diante de tantos ataques”.



Protesto e denúncias de Auditores-Fiscais do Trabalho, sindicalistas e cidadãos.

# NOVAS EXPERIÊNCIAS DE FISCALIZAÇÃO

*Soluções encontradas para fiscalização em aeroportos e setores hospitalar, de coleta de lixo e transporte de cargas foram apresentadas em painel, que evidenciou disposição dos Auditores em realizar ações cada vez mais efetivas.*

As ações estratégicas de Fiscalização a partir de experiências e propostas dos Auditores-Fiscais do Trabalho foram tema de um dos painéis realizados no segundo dia de Enafit. Jacqueline Carrijo, Klinger Fernandes, Rogério Silva e Vanus Corte apresentaram as experiências e dificuldades enfrentadas ao fiscalizarem setores complexos com irregularidades de difícil solução.

A Auditora-Fiscal do Trabalho do Estado de Goiás, Jacqueline Carrijo, apresentou as saídas e parcerias que teve que buscar para enfrentar a resistência às mudanças no setor hospitalar e no setor de transporte de cargas. Setores, para ela, importantes, sensíveis, de demanda de massa, e sem um histórico de fiscalização trabalhista.

A equipe destinada à fiscalização do setor de transporte foi criada em 2010, em razão do alto índice de acidentes de trabalho. De acordo com a Auditora-Fiscal, a parceria entre instituições é estratégica, pois foi por meio dela que obteve as informações necessárias do funcionamento de diversos equipamentos decisivos para a constatação de irregularidades.

As experiências obtidas nas ações no setor de transporte levaram a equipe de Auditores-Fiscais a se aventurar em outro setor, complexo e de alta demanda – os hospitais. Jacqueline explicou que, apesar de toda a sua experiência, fiscalizar hospitais trouxe dificuldades e a necessidade de buscar, além de parcerias, medidas judiciais para ter acesso a áreas antes restritas a empregados, médicos e enfermeiras.



O primeiro desafio da equipe foi fiscalizar essas áreas no Hospital de Doenças Tropicais, referência na região centro-norte, que faz o atendimento a 400 mil usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. Novas parcerias do setor deram segurança técnica para o sucesso das fiscalizações, de acordo com Jacqueline, preservando as devidas competências dos agentes envolvidos. Para ela, é fundamental a busca de soluções em legislações e normas que mais favoreçam e beneficiem o trabalhador, mesmo que não seja especificamente a trabalhista. Além disso, ela destacou a importância de chefias comprometidas para facilitar a atuação e para que seja mantida a frequência do trabalho.



Jacqueline Carrijo, Auditora-Fiscal do Trabalho

Jacqueline lembrou que a causa do acidente com material radioativo na cidade de Goiânia, há 30 anos, foi consequência de lixo hospitalar mal segregado. A Auditora relatou que após interdição total da coleta de lixo hospitalar na capital, os depósitos foram reformados e adequados. “Mais de 4 milhões de usuários foram beneficiados com a melhoria na segurança no setor hospitalar”, ressaltou a Auditora-Fiscal. Para finalizar, Jacqueline exibiu vídeo com depoimentos de integrantes dos Ministérios Público Estadual e Federal e do Trabalho sobre a atuação conjunta na saúde.

## TRANSPORTE PORTUÁRIO E DE CARGAS

Para apresentar a superação de desafios no transporte de cargas nos setores portuário e rodoviário, o Auditor-Fiscal do Trabalho Klinger Moreira, do Espírito Santo, esmiuçou as medidas tomadas em relação a uma das causas de acidentes graves e que representam riscos a usuários de rodovias e portos, além de trabalhadores nas áreas portuárias, onde são descarregados e transportados containers de grandes dimensões.

Klinger explicou as formas e exigências de amarração das cargas para evitar o seu deslocamento durante o transporte. Ele mostrou imagens de diversos casos irregulares de transporte de cargas que colocam em risco a vida de motoristas, o próprio caminhão que transporta e outros veículos que circulam na mesma via caso um bloco de granito de 35 mil toneladas se desloque e caia, por exemplo.

A saída foi encontrada em legislações diferentes, no caso, as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - Contran. “Elas nos deram a fórmula correta de como deveríamos fiscalizar o transporte de containers, blocos de granito e de cargas gerais”, contou.



Klinger Moreira, Auditor-Fiscal do Trabalho

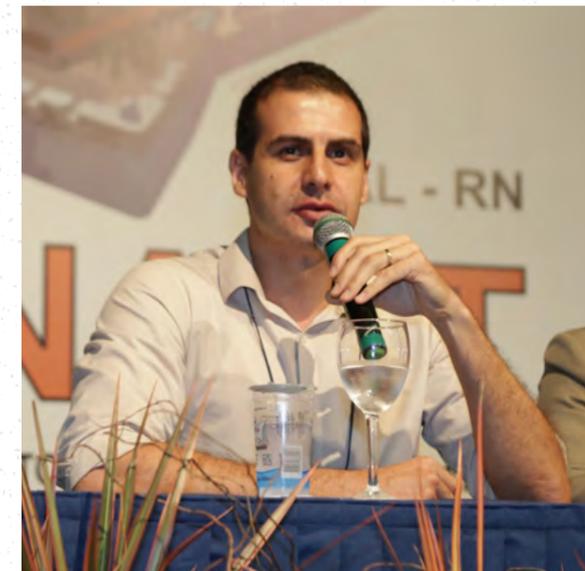
Segundo ele, foi necessário justificar juridicamente a aplicação de outras normas nas fiscalizações que geraram autos de infração e interdições. Para isso, foi utilizada a interpretação extensiva, ampliando o sentido da norma. “Foi preciso construir um arcabouço jurídico que embasou as autuações e interdições, fundamentado em diferentes normas”, explicou.

De acordo com Klinger, durante as fiscalizações os Auditores-Fiscais viram de tudo, exceto a forma correta de amarrar o bloco de granito. As fiscalizações de cargas gerais transportadas nas rodovias também devem respeitar normas e são alvos da Inspeção do Trabalho por submeterem a risco os motoristas dos veículos de transporte. Em acidentes rodoviários com veículos que transportam cargas, segundo Klinger, uma das causas mais frequentes é a irregularidade na amarra da mercadoria.

## FISCALIZAÇÃO EM AEROPORTOS

Em 2016, interdições e embargos em aeroportos tiveram grande repercussão em todo o país e no 35º Enafit o Auditor-Fiscal do Trabalho Rogério Silva, de Goiás, abordou os motivos que levaram os Auditores-Fiscais do Trabalho a interditar este setor. A intenção foi atuar em uma área em que a fiscalização não atuava de forma rotineira e por tratar-se de um setor muito importante. A entrada era restrita nas áreas de segurança, mas foi possível ter acesso com o apoio das áreas administrativas dos próprios aeroportos. “Conseguimos o acesso a locais que nenhum outro agente do Estado tem, porque onde tem trabalhador, nós precisamos entrar”, relatou.

Foi constatado que as empresas exigem o uso de uniformes, maquiagens, acessórios, tudo padronizado, mas não dão ajuda de custo. Além disso, os Auditores-Fiscais constataram que havia empresa que fornecia alimentação em marmitas ao ar livre, que estavam expostas à contaminação, frias e de baixo teor energético. “Flagramos, durante



Rogério Silva, Auditor-Fiscal do Trabalho

as ações, pilotos com pães dentro da cabine, porque a alimentação que a empresa fornecia não era satisfatória”.

Os Auditores-Fiscais verificaram a falta de registros em empresas particulares de táxi aéreo e aviação agrícola, pois os pilotos não possuem vínculo e são pagos conforme o trabalho realizado quando é demandado. Fora isso, o piloto fica à disposição. A terceirização, segundo Rogério, ocorre tanto na mão de obra na condução das aeronaves quanto na manutenção mecânica das mesmas.

Ele contou que também foram flagrados problemas com os vasos de pressão das bombas de abastecimento das aeronaves, que nunca tinham passado por inspeção e já operavam há 20 anos. “Essa foi uma grave irregularidade que encontramos e que precisamos interditar. Quando estendemos as fiscalizações aos demais aeroportos, esses problemas já tinham sido sanados, já que uma mesma empresa opera em diversos aeroportos.

Entre as medidas que alteraram a lei do aeronauta, está a permissão para que os sindicatos negociem sobrepondo-se à lei. Para ele, a gravidade é que poderão ser criados limites altos de jornada. Outro problema é a adesão ao padrão chinês de fazer a manutenção das aeronaves, com a dispensa de mecânicos que levam anos para se formar.

## DESAFIOS DA SEGURANÇA DOS COLETORES DE LIXO

“Não precisamos procurar coletores de lixo, pois eles estão em todo lugar”. O Auditor-Fiscal do Trabalho Vanius Corte, do Rio Grande do Sul, ressaltou que, apesar disso, há muitas irregularidades nesta atividade. Ele constatou que a atividade enfrenta graves dificuldades e riscos de difíceis soluções.

Pensando na situação da profissão, que é discriminada pela sociedade, os Auditores-Fiscais do Trabalho do município de Caxias do Sul (RS) decidiram reconstruir uma forma de fiscalização para problemas como o transporte de coletores. “Como não há Norma Regulamentadora - NR específica para a fiscalização da atividade, buscamos em normas do Contran, mas não encontramos nada específico para evitar que os coletores fossem transportados nos estribos em situação de grave risco”, informou.

A NR 18 estabelece que o transporte de trabalhadores deve obedecer à legislação geral, porém eles não obedecem. “Consultamos ainda a Secretaria Municipal de Trânsito de Caxias sobre autuações à empresa e, para nossa surpresa, não havia nenhuma. O órgão de trânsito informou que pode haver estribo para possibilitar o depósito do lixo no compactador”.

Segundo Vanius, a insegurança é total para os coletores quando transportados na parte externa do caminhão em cima dos

estribos. Além disso, acrescentou que a maior causa de afastamento de coletores é consequência de problemas de torção em membros inferiores. “Verificamos problemas nos equipamentos de proteção individual – EPI, que não são adequados para a atividade e que, em razão disso, os coletores deixam de usá-los e ficam expostos a riscos graves”.

Então, foram interditadas as empresas de coleta e feitas as exigências para a retomada das atividades, atendidas e ajustadas às condições de transporte dos coletores, com a retirada dos estribos. “Mas, por fim, percebemos que algumas mudanças precisavam ser ajustadas sob pena de prejudicar o trabalhador e a coleta de lixo, uma vez que os trabalhadores passaram a seguir caminhando atrás dos caminhões, no respectivo trecho de coleta. Além disso, a coleta ficou lenta e o acúmulo de lixo foi grande”.

Então, nas novas interdições foram propostos Termos de Ajustamento de Conduta – TAC, para permitir que os coletores fossem transportados até o trecho na cabine do caminhão ou em outro veículo. Os Auditores-Fiscais determinaram várias restrições em relação ao deslocamento ao longo do trecho, limitando velocidade do caminhão, entre outras medidas, para evitar riscos. A partir daí, foi possível equalizar a segurança do trabalhador com a efetivação da coleta. Várias outras restrições foram estabelecidas, segundo Vanius, que também contribuem para garantir a segurança dos coletores. “Temos que mostrar o nosso compromisso com a classe trabalhadora e com a segurança do trabalho. Não podemos nos conformar”, finalizou.



Vanius Corte, Auditor-Fiscal do Trabalho

## IX JORNADA IBEROAMERICANA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

### IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA BRASILEIRA NOS PAÍSES VIZINHOS

**Participantes da IX Jornada Iberoamericana de Inspeção do Trabalho veem com preocupação novo texto das leis trabalhistas**

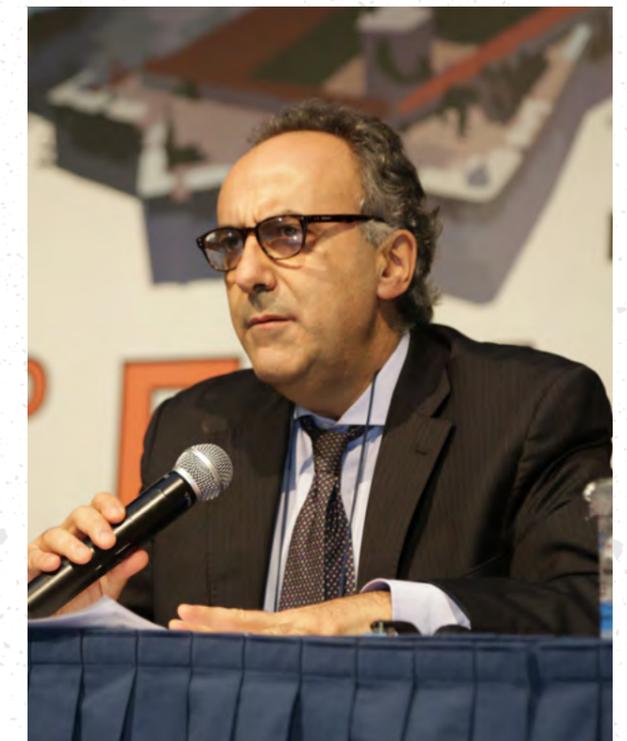
As medidas flexibilizadoras impostas pela reforma trabalhista foram tema central das discussões da IX Jornada Iberoamericana de Inspeção do Trabalho, que acontece todos os anos dentro da programação do Enafit. Existe um temor em relação ao poder de contaminação nos países vizinhos, que percebem o Brasil como um líder regional, capaz de servir de exemplo para os demais.

Hugo Barreto, representante do Ministério do Trabalho uruguaio, questiona se é possível o direito do trabalho se tornar instrumento de ajuste em favor da competitividade nas empresas. “A Declaração da Filadélfia define que o trabalho não é mercadoria. Se o trabalho é uma medida de ajuste de mercado, isso é contrário ao direito do trabalho, que é um direito fundamental”. A Convenção 144 da Organização Internacional do Trabalho - OIT aconselha a consulta tripartite e a Convenção 154 prevê que as medidas para estimular negociações coletivas devem ser objeto de consultas prévias.

Barreto também questiona como foram feitas as consultas para essa mudança na legislação, antes forte, protetora e tutelar dos trabalhadores brasileiros. “No Uruguai a flexibilização aconteceu a partir do enfraquecimento da Inspeção do Trabalho e da atividade sindical, dois mecanismos de proteção, de fato. Na Argentina, Chile e Uruguai as medidas flexibilizadoras fracassaram, então

voltou-se ao modelo clássico de proteção”.

O uruguaio disse que é prematuro afirmar que a reforma no Brasil terá impacto direto em outros países, mas é certo que será obstáculo para esforços em benefício da proteção. “O Brasil é um país poderoso, importante e agora lidera uma reforma flexibilizadora, tornando-se ponta de lança para a reforma liberal”, lamentou.



Professor Hugo Barreto

## QUALIDADE DA INSPEÇÃO DO TRABALHO

Representante da OIT, Thaís Dumê, lembrou que a inspeção é mecanismo de proteção e ferramenta importante de avanços para os trabalhadores. Ela disse que o fortalecimento da administração do trabalho é o objetivo central para a promoção de políticas sociais e econômicas sólidas e eficazes. “Para a OIT a inspeção no Brasil já foi várias vezes reconhecida pela sua qualidade. Apesar do pequeno número de Auditores e do sucateamento da estrutura, a alta qualificação não permite queda da qualidade da inspeção”, comentou. O objeto da legislação trabalhista é proteger o lado mais frágil da relação trabalhista, que é o trabalhador, e estabelecer o equilíbrio entre trabalhadores e empregadores.



Thaís Dumê, técnica da OIT.

Para Thaís Dumê, manter um sistema de administração do trabalho moderno e eficaz requer fomentar instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de Direito, os direitos humanos e o respeito pelos interesses da minoria, instituições que a reforma trabalhista brasileira parece ignorar.



Representantes da Argentina, Uruguai e Brasil

Sérgio Damian Neira, do Sindicato dos Inspectores da Argentina, disse que em seu país as leis trabalhistas são bem mais rígidas do que no Brasil e alguns princípios não podem ser modificados por nenhuma lei. São eles o princípio da proteção, da inalienabilidade dos direitos, da continuidade do trabalho, da primazia da realidade, da razoabilidade, da boa-fé, da proibição de discriminação, além do princípio da gratuidade.

A legislação trabalhista argentina se difere da brasileira em vários aspectos. Um dos mais visíveis está relacionado aos acordos. Naquele país, um acordo só pode ser aplicado se for para melhorar condições da lei a favor do trabalhador, um dos pontos mais polêmicos da reforma trabalhista no Brasil. Além disso, na Argentina a modalidade de trabalho autônomo é considerada fraude trabalhista. No entanto, na prática, há muitas relações de trabalho baseadas nessa forma ilegal de contratação. Outra diferença é a presença de mulheres grávidas em ambiente insalubre. Na Argentina, basta apresentar um atestado que comprove a gravidez, para a mulher ser deslocada para outra tarefa.

Na opinião de Sérgio Damian, uma melhor competitividade do Brasil no mercado não será realidade graças à reforma, uma vez que o país já é líder na região. “A reforma restringe os direitos, tem legitimidade questionável, e a Declaração Social e Laboral do Mercosul deve servir de limite para o seu progresso”, concluiu.



Sérgio Voltolini, Presidente da CLIT.

O uruguaio Sérgio Voltolini, presidente da Confederação Iberoamericana de Inspeção do Trabalho – CLIT, alertou que a categoria precisa manter o compromisso de manter a luta pela não flexibilização. Voltolini lembrou também da importância de lutar para que a justiça seja feita no caso da Chacina de Unai, com a prisão dos mandantes, condenados em 2015 e ainda impunes.

## ENIT CADA VEZ MAIS FORTE

**No painel que debateu as perspectivas da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho os painelistas relataram a história de criação da Escola, que sempre foi o sonho da categoria e destacaram melhoria na sua estrutura para capacitação e construção de conhecimento.**

Francimary Michilles lembrou o projeto elaborado pelo Sinait, encaminhado ao Ministério do Trabalho e enviado em 2010 à Casa Civil que, no entanto, não deu continuidade à proposta de criação da Enit. “Com a omissão da Casa Civil e após buscar apoio de senadores sem conseguir avanço, o Sinait investiu na publicação de portaria para a criação da Escola, que foi implementada na gestão do ex-ministro Brizola Neto e do ex-secretário de Inspeção do Trabalho, Luís Felipe Melo”.

Em sua opinião, a criação da Enit foi um marco para a categoria porque se trata de um valioso instrumento que todos buscavam há muito. Ela recupera a igualdade entre a Auditoria-Fiscal do Trabalho e as demais carreiras que também contam com o respaldo de uma escola para se fortalecer e qualificar, a exemplo das escolas da magistratura, do Ministério Público e a Escola de Administração Fazendária, a Esaf.



Francimary Michilles, Diretora do Sinait.

Em 2014, o primeiro curso de formação de novos Auditores-Fiscais do trabalho foi realizado pela Enit. Mas, para Francimary, o que todos almejam é que a Enit se consolide em pé de igualdade com as demais escolas e mantenha convênios internacionais, o que, segundo a secretária Maria Teresa Pacheco Jensen, já está sendo feito.

A Auditora-Fiscal lembrou outras medidas tomadas pelo Sinait com objetivo de consolidar a criação da Enit por meio de instrumento menos vulnerável do que a portaria que a criou.

## ESTRUTURAÇÃO

O coordenador da Enit, o Auditor-Fiscal do Trabalho, Eduardo Baptista Vieira, antecipou em sua fala os avanços recentes que consolidam a Enit, a exemplo da aprovação do planejamento para os próximos três anos e, a publicação do Regimento Interno da Escola no Diário Oficial da União - DOU, que traz todo o regimento de como deverão ser conduzidos os processos dentro da Enit.

“Quem faz a escola são os Auditores-Fiscais do Trabalho, todos que disponibilizam o seu tempo para participar da escola”, afirmou o coordenador. Segundo ele, o planejamento prevê cursos nas áreas de legislação e segurança e saúde. Para ele, tudo caminha para a reestruturação da escola.

Outra novidade trazida por Eduardo dá conta de que está sendo realizada reforma do Centro de Referência do Trabalhador, em Brasília, que será a sede da Enit, conforme já estava previsto desde sua criação. “São gestões diárias para conseguirmos a reforma da sede da Enit e temos prazo até meados de dezembro para entregar a sede reformada”, informou.

“Apesar de termos uma escola nova já possuímos uma boa estrutura de capacitação dos Auditores-Fiscais do Trabalho”, disse o coordenador. A materialização dos cursos conta com o apoio das diversas áreas e estão sendo realizados alguns de capacitação. Ele reconhece que há muito que aperfeiçoar, mas é importante que a Escola tenha a sua posição definida dentro do Ministério do Trabalho.

De acordo com dados apresentados por Eduardo Baptista, foram capacitados na modalidade presencial 890 Auditores-Fiscais do Trabalho e ainda há a previsão de 490 novas vagas. Ao final de 2017, a estimativa é de que sejam capacitados 1.377 Auditores-Fiscais.



Eduardo Baptista, Coordenador da Enit.

Eduardo afastou a possibilidade de extinção de cursos presenciais, que em sua opinião, proporcionam maior interação e oportunidade para promoção de debates que adicionam ideias e permitem a troca de experiências. Porém, acrescentou que a educação à distância é uma realidade que torna acessível a participação de Auditores-Fiscais com dificuldades para acompanhar os cursos presenciais.

Eduardo destacou que já foi criado, pela equipe de Auditores-Fiscais que trabalha na Enit, o novo portal com ambiente restrito para informações internas. Os resultados estão sendo divulgados no portal, [www.enit.gov.br](http://www.enit.gov.br) aonde todos acessam informações sobre a Escola.

Já foram alcançadas 1.417 pessoas pelo canal do youtube. “Ainda não conseguimos adotar a rotina de publicações de vídeos. Há projetos em desenvolvimento, como curso de combate ao trabalho escravo, de fiscalização do FGTS básico, os quais esperamos publicar até o final do ano. Também pretendemos fomentar concursos, como foi o de fotografia que premiou o Auditor-Fiscal Joatan Reis, da Bahia”. Ele disse ainda, que está sendo construído o plano de comunicação da Escola, para que ela esteja muito bem estruturada, evitando que posteriormente fique vulnerável a desmandos alheios, concluiu.



# 3º DIA - 13/09

## FERRAMENTAS PARA AVANÇAR NA FISCALIZAÇÃO DO FGTS



*Habilidade, dedicação e expertise foram apontadas como fundamentais para melhorar a fiscalização do FGTS, no terceiro dia de evento. O tema foi discutido em painel que teve a participação do presidente do Sinait, Carlos Silva, e do Auditor-Fiscal da Paraíba, Marcelo Ferrari.*

Em sua manifestação, Carlos Silva reiterou a importância da fiscalização do FGTS para o fortalecimento da Auditoria-Fiscal do Trabalho com a ocupação de um espaço que reúne as carreiras que têm um impacto arrecadatório. Desde que a fiscalização passou a ser realizada por Auditores-Fiscais do Trabalho foi desenvolvida uma expertise fantástica, segundo o presidente.

Carlos Silva reconheceu a importância de Auditores-Fiscais como Marcelo Ferrari, que desenvolveram ferramentas que viabilizam o trabalho de fiscalização do Fundo. “Em todas as discussões que abordam a ineficiência na forma de cobrar o que se deve à Previdência Social, e preocupados em demonstrar a nossa eficiência arrecadatória, foi com o FGTS que ocupamos um espaço de destaque na CPI da Previdência”, avaliou.



Carlos Silva, Presidente do Sinait.

Um estudo revelou que o valor estimado da apropriação indébita é de R\$ 30 bilhões anuais. A avaliação é histórica e de 2012 a 2016, feita com base na Rais e GFIP. “Identificamos que os empregadores descontam anualmente a contribuição previdenciária dos empregados, que é de 11%, e não repassam esses valores. A nossa eficiência em fiscalizar o FGTS e combater a sonegação é que possibilitou ganharmos a credibilidade e representarmos o poder de fiscalização federal competente e com capacidade técnica para fazer essa afirmação”, disse Carlos Silva.

Segundo destacou, a autoridade trabalhista que foi aprovada e consta na Lei 13.464/17 credencia os Auditores-Fiscais a avançar com este trabalho de constituição de

indícios, respaldada pela fiscalização exitosa do FGTS. “Há dados que mostram que a fiscalização do Fundo supera os 90% de eficiência, nos colocando em condições de fazer o diálogo crítico a respeito da arrecadação previdenciária das contribuições dos trabalhadores, pois temos não só o conhecimento, mas as rotinas muito bem definidas. O problema está na organização do Estado para exigir o cumprimento das leis existentes. Os dados superam a realidade burocratizada”.

A reforma trabalhista trouxe a transformação da natureza de várias parcelas para dizer que não têm natureza salarial, o que vai impactar na arrecadação do FGTS de forma avassaladora. As formas precárias de contratação reduzirão salário, refletindo na expectativa de arrecadação do FGTS em R\$ 10 bilhões a cada ano. Cabe aos Auditores-Fiscais, segundo ele, ter ousadia e a aplicação sistemática do ordenamento jurídico para desconstituir as contratações fraudulentas, por exemplo, formas de remuneração que afastam a contribuição do FGTS. “A reforma trabalhista facilitou para nós o discurso da atuação na fiscalização do FGTS e conseguimos de forma objetiva mostrar o quanto o Estado perde quando deixa de considerar essas parcelas”.

Para ele, uma grande conquista foi levar para a lei a competência de fiscalização do FGTS, que não ficará vulnerável a ataques. “Sem dúvida é uma atuação que nos coloca no espaço junto com carreiras do Fisco federal, estadual e municipal. Assim como o combate ao trabalho escravo e infantil e a prevenção de acidentes e mortes, a fiscalização do FGTS é algo que deve ter o espaço que necessita”, alertou.

O presidente do Sinait lembrou ainda que a fiscalização do Fundo tem impacto direto no discurso político do governo em relação às políticas públicas cobradas por instituições do mundo do trabalho e são os Auditores-Fiscais do Trabalho que colaboram efetivamente para implementar essa arrecadação que financia todas essas políticas.

## AVANÇOS NA FISCALIZAÇÃO

Em relação aos meios técnicos que viabilizam a fiscalização do FGTS, Marcelo Ferrari apresentou problemas e dificuldades enfrentadas e as soluções que estão sendo buscadas pelos próprios Auditores-Fiscais do Trabalho para superá-los.

Ele relatou as medidas que estão em curso para minimizar problemas como a pane que tomou a Rais web inoperante. Foi necessário, segundo ele, solicitar ao Serpro, novamente, as mídias de todos os exercícios da Rais e o setor de informática terá que fazer carga de todos os anos da Rais. Cada exercício leva em média dois dias para ter as informações carregadas e posteriormente serão armazenadas em um banco de dados relacional.

Apesar dos diversos problemas enfrentados diariamente pela fiscalização, é preciso correr contra o tempo para evitar a prescrição do FGTS, que segundo ele, tem prazo até 2019. Para isso, uma força tarefa de um grupo de três Auditores-Fiscais que está trabalhando para resolver o problema em curto e médio prazo e priorizaram a fiscalização dos maiores devedores com débitos a prescrever. Todas as superintendências receberam uma lista dessas empresas.

De acordo com Ferrari, apesar das dificuldades, os resultados até agosto deste ano foram expressivos e se aproximaram de R\$ 1 bilhão. Além disso, para as demais empresas menores, com débitos a prescrever, serão expedidas notificações via postal. Ele



Marcelo Ferrari, Auditor-Fiscal do Trabalho.

acrescentou que quanto às pesquisas do FGTS, a SIT está conseguindo avanços nas tratativas com a Caixa, via Conselho Curador do FGTS, uma forma mais eficiente de obtenção de dados.

## “DEPENDEMOS DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELA CAIXA E PRECISAMOS QUE O SISTEMA FUNCIONE BEM NAS SUPERINTENDÊNCIAS”

**Marcelo Ferrari**  
Auditor-Fiscal do Trabalho

O convênio entre o Ministério do Trabalho e a Dataprev permitiu o acesso ao banco de dados – CNIS, que disponibiliza informações sobre remunerações e afastamentos no período de 2006 a março de 2017. “É muito importante para nossas fiscalizações”, afirmou.

Uma equipe de Auditores-Fiscais da área de Tecnologia da Informação – TI trabalha exclusivamente para buscar as soluções necessárias ao bom funcionamento dos sistemas atuais e dos bancos de dados, além da modernização das ferramentas existentes. Para ele, isso proporcionou um grande avanço na área para a fiscalização. “Certamente colheremos ótimos resultados desse esforço”, comemorou.

Também está sendo criado o banco de dados do eSocial no ambiente de homologação, onde já foram carregados os arquivos XML do empregado doméstico, e ainda este ano serão recebidos os dados referentes às empresas. “Apesar dos diversos problemas enfrentados hoje na fiscalização do FGTS, acredito que temos um futuro próximo bastante promissor”, visionou Marcelo. Na sua opinião, a Auditoria-Fiscal do Trabalho é um corpo fiscal altamente qualificado e multidisciplinar, capaz de desenvolver soluções tecnológicas para demandas da própria atuação.

# UM OLHAR PARA ALÉM DAQUILO QUE SE VÊ

*10º painel “Investigação e Análise de acidentes e doenças ocupacionais”, apresentado pelos Auditores-Fiscais do Trabalho Roberta Ribeiro Roncato e Franklim Rabelo de Araújo aguçou a sensibilidade dos participantes.*



Para Roberta Roncato, de Goiás, a análise de acidente é estratégica para a fiscalização de segurança e saúde porque é um momento de realidade, oportuno para implementar mudanças na empresa e no setor onde ocorrem. Em geral, graves acidentes têm grande cobertura da mídia e chamam a atenção para o trabalho dos Auditores-Fiscais.

Acidentes estão, cada vez mais, custando muito caro aos empregadores, disse a Auditora-Fiscal, referindo-se às ações regressivas à Previdência Social impetradas pela Advocacia Geral da União – AGU. “Em mais de 80% dos casos, as ações são frutos dos relatórios de análise de acidentes de trabalho dos Auditores-Fiscais”, afirmou. De 2011 a julho de 2017 a AGU arrecadou R\$ 35,7 milhões, em 4.817 ações. Há a expectativa de ressarcimento de R\$ 1,8 bilhão.

Em sua experiência de investigação e análise de acidentes, Roberta disse que escuta nas empresas que o empregado praticou ato inseguro, que conhecia as normas mas não implantou ou que o trabalhador não seguiu as regras, que assumiu o risco pela falha. E até que ele se suicidou. “Há uma cultura de responsabilizar o trabalhador pelo acidente. Mesmo que isso já tenha sido retirado da norma, a cultura ficou”.

Mas, segundo a Auditora-Fiscal, a prevenção passa por aspectos invisíveis durante a fiscalização e há muitos elementos que devem ser levados em conta, como longas jornadas de trabalho e o cansaço do trabalhador, cronograma de obras atrasado e exigência maior sobre os trabalhadores para apressar o serviço, contenção de gastos. Essas informações, muitas vezes, são obtidas mediante investigação, pois a empresa não as fornece. É preciso colher depoimentos, verificar ordens de serviço, condições no momento do acidente. “As causas de um acidente são muito mais profundas do que aparentemente se apresentam”, disse Roberta Roncato.

Ela apresentou alguns casos concretos que analisou, como acidente em obra em que valas foram abertas em dia de chuva, com o solo instável, com escoras mais espaçadas do que o recomendado, com máquinas ao lado do terreno que estava sendo removido, e em que o cronograma da obra estava atrasado,

fazendo com que o empregador deixasse de observar normas de segurança para dar mais celeridade à obra. “Os procedimentos não são seguidos pela empresa, mas a culpa recai sobre o trabalhador. Se procurar falhas na ponta, sobre o trabalhador, não vamos chegar às reais causas do acidente. A empresa mascarará as causas dos acidentes. A análise do Auditor-Fiscal não pode ficar na superfície. A pergunta que deve ser feita é o qual o motivo que faz os trabalhadores tomarem as decisões que levam ao acidente”, defendeu.

Em outro caso apresentados – de um trabalhador foi atropelado pelo caminhão em que realizava um conserto e do acidente com uma Kombi de buffet –, Roberta apontou distorções como a falta de planejamento para a manutenção do veículo, o motorista que fazia papel de mecânico, o garçon que exercia a função de motorista após uma noite inteira de trabalho, as longas jornadas de trabalho que fizeram com que o motorista dormisse ao volante, trabalhadores sem Carteira de Trabalho assinada que faziam serviços por noites seguidas em eventos, entre outras causas.

Ela também apresentou o caso do Auditor-Fiscal Rogério Araújo, seu esposo, que perdeu os movimentos de dois dedos da mão direita em acidente com porta de vidro dentro da sede da Superintendência Regional do Trabalho de Goiás – relembre o caso. Os Auditores-Fiscais fizeram análise e lavraram auto de infração. A administração recorreu e alegou incapacidade de Rogério para manusear a porta, caso fortuito e culpa do vento.

Por fim, Roberta Roncato relatou, com sensibilidade, o caso de uma moça de 19 anos que saiu do Tocantins para Goiânia, para melhorar a vida. Conseguiu emprego num shopping, em um brinquedo de carrinhos bate-bate. Não tinha registro, nem treinamento, não conhecia os riscos do local, não tinha Equipamento de Proteção Individual. Poucos dias depois, ao auxiliar uma criança no carrinho, encostou numa parte energizada do brinquedo, levou um choque e caiu no chão onde levou mais um choque e morreu. Para a Auditora-Fiscal, o caso foi marcante e exemplifica tantos outros casos que ocorrem em situações semelhantes.



Roberta Roncato, Auditora-Fiscal do Trabalho.

Mas, para a Auditora-Fiscal, que ouviu o poema ainda criança, na escola, “o trabalho não pode ser escravidão e morte, não pode sair de casa e voltar doente ou mesmo não voltar mais. Não dá para assistir passivamente a morte de mais de 2.800 ou a morte a conta gotas com jornada de trabalho extenuante que impede o trabalhador o convívio social e com familiares. É um massacre imposto pela reforma. São muitos desafios e atores envolvidos no mundo do trabalho, mas se for para escolher um para ser a voz do trabalhador, que seja a voz do Auditor-Fiscal do Trabalho”, concluiu.

Lembrou o poema “O operário em construção”, de Vinícius de Moraes:

**“ERA ELE QUE ERGUIA CASAS ONDE ANTES SÓ HAVIA CHÃO. COMO UM PÁSSARO SEM ASAS ELE SUBIA COM AS CASAS QUE LHE BROTAVAM DA MÃO. MAS, TUDO DESCONHECIA DE SUA GRANDE MISSÃO: NÃO SABIA, POR EXEMPLO, QUE A CASA DE UM HOMEM É UM TEMPLO, UM TEMPLO SEM RELIGIÃO. COMO TAMPOUCO SABIA QUE A CASA QUE ELE FAZIA, SENDO A SUA LIBERDADE, ERA A SUA ESCRAVIDÃO”.**

## PORTO DE PECÉM

As peculiaridades do Porto de Pecém, a 30 Km de Fortaleza (CE) e o transporte de bobinas de aço, foram o tema da exposição de Franklim Rabelo de Araújo. Ele refletiu sobre o significado de investigar – indagar, realizar estudos, conjunto de atividades e diligências com objetivo de esclarecer fatos e direitos. É isso que os Auditores-Fiscais do Trabalho fazem.

Segundo o Auditor-Fiscal, a construção do porto deu muito trabalho para a fiscalização porque, inicialmente, nem tinha empregados, eram todos contratados por portaria do Estado, e havia muitas irregularidades, inclusive a ausência de banheiro. Num dia em que realizava uma fiscalização, um trabalhador caiu no mar, pois eles eram obrigados a ficar numa posição perigosa para fazer suas necessidades físicas. Por ação dos Auditores-Fiscais do Trabalho e

do Ministério Público do Trabalho foi realizado concurso público e construídos banheiros.

Focando especificamente no transporte de cargas e, ainda mais pontualmente o transporte de bobinas de aço, Franklim apresentou a informação de que ocorreram entre 2010 e 2015 4.888 acidentes com veículos de transporte pesado. O setor é responsável por 15% das mortes com incapacidades permanentes. Em parte, isso se deve à expansão de quase 90% da frota de caminhões e carretas, ocasionando aumento do número de acidentes em estradas. “Cargas devem estar bem fixadas e bem distribuídas para evitar acidentes, deve haver sinalização luminosa e sonora de ré, buzina”, disse.

Os riscos mais frequentes são a velocidade e as forças atuantes como o peso da bobina, a energia cinética e a aceleração. Muitos caminhões apresentam pinos para amarras da carga enferrujados, sem avaliação se aguentam a carga, há improvisação, falta de projeto. Muitas vezes as amarras são feitas nos pontos errados. Também são problemas a falta de procedimento operacional e ausência de SESSTP – Serviço Especializado em SST no Trabalho Portuário, além da falta de fixação dos berços das carretas e pontos de ancoragem

para amarrar correias e as cintas. Os acidentes ocorrem mais em curvas, onde, em razão de irregularidades na pista e dos itens apontados anteriormente pode haver deslizamento, inclinação e queda das carretas.

Para evitar que aconteçam, é preciso seguir regras para distribuição correta do peso da carga, além de proporcionar treinamento para motoristas sobre velocidade, peso da carga, etc. “Os condutores não têm noção do risco, ganham por produtividade. Há falta de compromisso da alta gerência, dos contratantes, com a segurança. Muitas vezes constatamos que as empresas não controlavam a jornada e escondiam os tacógrafos”, disse Franklim Rabelo.

Mudar a realidade do setor passa por conscientização da gerência sobre os riscos, pela melhoria da capacitação dos motoristas e dos equipamentos de transporte, buscando a sustentabilidade da empresa. “Não basta só a fiscalização. Já fizemos seminário com as empresas – 1º Seminário de Amarração de Cargas – Segurança no Transporte de Cargas – CE. Nosso trabalho contribuiu para que carretas fossem reprojatadas com soldas adequadas e pontos de amarração reforçados e redimensionados. Realmente, o setor está melhorando”, finalizou.



Franklim Rabelo, Auditor-Fiscal do Trabalho.

# ANÁLISE POLÍTICA DAS AMEAÇAS À AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO

**As ameaças à fiscalização do trabalho escravo e do trabalho rural foram analisadas sob a ótica social e política pelos Auditores-Fiscais do Trabalho Vera Jatobá e Calisto Neto.**

Lembrando que as dificuldades em relação à garantia de direitos trabalhistas são seculares, Calisto Neto, disse que o problema se originou com a divisão de terras ainda nas antigas sesmarias, quando já havia concentração de renda que, por consequência, gerava a segregação social.

De acordo com o Auditor-Fiscal, a população rural está na casa dos 30 milhões e nas últimas décadas se manteve. “Um número muito reduzido de proprietários para grandes extensões de terra acentua essa diferença social que se mantém desde aquela época”, lamenta. E lembrou que as leis rurais sempre estão atrasadas em relação à realidade.

Para ele, a luta dos Auditores-Fiscais não encontra apoio nem mesmo no Ministério do Trabalho. Os repasses de recursos desde 2016 minguaram e neste segundo semestre definitivamente foram zerados. A última vez que houve recurso para a fiscalização rural em Natal foi, segundo ele, em março de 2017 e desde então nada mais foi repassado.

Sobre a Lista Suja do trabalho escravo, o Auditor-Fiscal destacou que, ao não ser publicada, gera graves problemas e dá aos empregadores de má fé a equivocada certeza de que podem continuar a agir irregularmente.

“Estamos quase num beco sem saída”, concluiu.

Toda reforma trabalhista é para retirar direitos. Agora, como reagir e tornar possível a fiscalização no campo, que sequer é projeto este ano?, questiona Calisto. Auditores-Fiscais não deixaram de fazer as ações rurais para não perder a expertise e porque claramente ela deve ser feita, mas requer transporte, diárias e combustível. “Mas não temos recursos para diárias e nem mesmo combustível”, acrescentou.



Calisto Torres, Auditor-Fiscal do Trabalho.

## CONSPIRAÇÃO

Para uma abordagem que tratou do tema de forma mais ampla, a Auditora-Fiscal Vera Jatobá disse que faria o exercício do reforço da necessidade de exclaimar. “Nossa construção histórica tem um soluço e rapidamente conspiram e destroem tudo. Quando se fala em trabalho, trata-se daquilo que dignifica a pessoa humana”.

A conspiração existe realmente, pois o momento atual é histórico e mostra que os direitos sociais, e dentro deles os trabalhistas, estão na mira e já houve uma perda imensa. “O que antes imaginávamos como importante em matéria de cidadania durou pouco tempo e foi perdido com muita voracidade”.



Vera Jatobá, diretora do Sinait.

Hoje, para Vera Jatobá, esta violência é feita com a aceitação dos violentados, que são anestesiados. Essa conspiração se cerca da globalização, de interesses bem maiores que antigamente e de uma mídia que convence. “Mas nós, Auditores-Fiscais, não podemos pensar assim, nem por formação e nem mesmo por missão”, disse ela.

O capitalismo era o vilão e passou a ser a solução. As classes média e alta não aceitam a ascensão da classe baixa. “Estamos construindo um ambiente perfeito para que se lute no sentido contrário daquilo que seria o fundante da democracia. Há a ideia de que a redução do trabalho vai trazer mais riqueza e que é preciso trabalhar de outra forma e as pessoas vão pra rua acreditando nisso. O vilão passou a ser o trabalhador”, refletiu.

Há um retrocesso social, mas a política continua na mesma situação. A democracia começa a perder a credibilidade, mas o poder político está aí. As instituições e a constituição democrática começam a ser abaladas. A medida que impôs a falta de financiamento às instituições públicas não é isolada, afirmou Vera Jatobá. “Faz parte de ataques direcionados aos servidores. O contingenciamento foi duro para os Auditores-Fiscais do Trabalho e atingiu diretamente os recursos destinados à fiscalização do combate ao trabalho escravo e infantil”.



# AÇÃO COLETIVA PERMITE QUEDA NO TRABALHO INFANTIL NO RIO GRANDE DO NORTE

***O trabalho infantil, prática intolerável de violação de direitos humanos, é a negação de princípios fundamentais da proteção integral e da prioridade absoluta, previstos no artigo 227 da Constituição Federal. No Rio Grande do Norte essa realidade não é diferente, contudo, o Estado tem se destacado no combate à prática com ações que promovem a cidadania dos menores e potencializam a articulação dos órgãos responsáveis.***

Um caso de sucesso é realizado no município de Santa Cruz, a 120 quilômetros de Natal. A partir da divulgação da prática de trabalho infantil em diversas áreas da atividade econômica na cidade, no programa Profissão Repórter, da TV Globo, Santa Cruz decidiu mudar essa perspectiva. A secretária de Assistência Social, Dayse Martins do Nascimento, assumiu o papel de articuladora de um movimento de conscientização das famílias e da sociedade. "Foi graças à reportagem que Santa Cruz começou a enxergar que as crianças precisavam de proteção".



Dayse Martins, secretária de Assistência social RN.

A partir da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC diversas ações foram feitas. Entre os muitos obstáculos encontrados estava a resistência das famílias, que viam no trabalho das crianças uma forma de incremento da renda familiar. "Comecei a ler e reler normas como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, as convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT e iniciamos um trabalho entre as secretarias, com uma apoiando a outra. Por exemplo, a Secretaria de Educação cruzou dados de frequência escolar, notas e criamos os

serviços de convivência, oferecendo atividades extracurriculares para que as crianças se ocupassem de outra forma", disse a secretária.

O exemplo de Santa Cruz mostra que o trabalho coletivo é o caminho para a solução de problemas. "O trabalho infantil ainda não acabou, mas reduziu muito e continuamos uma luta diária pela sua erradicação", contou Dayse.

Reconhecida em todo o país por seu trabalho pioneiro no combate ao trabalho infantil, a Auditora-Fiscal do Trabalho Marinalva Dantas, refletiu sobre o sucesso dos trabalhos em Santa Cruz e lembrou o início da sua atuação, quando a sociedade e a imprensa não entendiam a necessidade desse tipo de ação. "Logo que entrei para a chefia o governo brasileiro assumiu que havia 8 milhões de crianças e adolescentes trabalhando no país. Chamamos sindicatos e percebemos que as convenções coletivas previam o trabalho de filhos dos empregados nas empresas", disse.



Marinalva Dantas, Auditora-Fiscal do Trabalho.

Em seguida foi criado o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, Proteção e Aprendizagem do Adolescente Trabalhador – Foca/RN, primeiro fórum do país com este objetivo e começaram os avanços. Segundo Marinalva Dantas, o Rio Grande do Norte sempre teve casos surpreendentes, como crianças na pesca da lagosta, que adquiriram diversos tipos de deficiência, enquanto outras morreram por causa dessa prática.



## ATUAÇÃO COLETIVA E NÚMEROS

O procurador do Trabalho Xisto Thiago de Medeiros Neto avaliou que é fundamental o trabalho coletivo e o apoio da sociedade como participante no combate ao trabalho infantil. "É uma atuação que atrai antipatia e raiva das famílias, que na maioria dos casos gosta que as crianças trabalhem para complementar a renda". Medeiros lamentou a invisibilidade para o trabalho infantil, que ele divide em duas frentes: a invisibilidade social, representada pelo trabalho em vias públicas, em que a sociedade não enxerga ou não se incomoda com o problema, e a invisibilidade ocular, representada pelos trabalhos doméstico e rural, garantida pelos muros das casas e cercas das fazendas.

De acordo com o procurador, essas três áreas possuem o maior volume de trabalho infantil no país. O mapeamento dessa realidade só foi possível a partir do momento em que o MPT pediu ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE que incluísse nos questionários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD questões sobre

o tema. Com isso foi possível fazer diversos cruzamentos para se chegar a números reais. Por exemplo, quanto maior o desemprego, maior a incidência de trabalho infantil, pois as famílias com diminuição de renda tendem a permitir que as crianças trabalhem.



Xisto Thiago, Procurador do Trabalho.

Xisto Medeiros exaltou a importância das parcerias entre Ministério Público, Auditoria-Fiscal do Trabalho e das polícias para o combate e prevenção ao trabalho infantil. Um exemplo é a atuação conjunta com as polícias rodoviárias no caso da exploração sexual comercial. "É uma forma extremamente perversa de trabalho infantil e mais uma vez o trabalho coletivo resulta em benefícios para o combate", observou.

Apesar de ainda ser uma prática regular no Brasil, o trabalho infantil vem declinando em todos os Estados, a exemplo do que ocorre no Rio Grande do Norte. De acordo com o IBGE, em 2005 existiam 5,2 milhões de pequenos brasileiros trabalhadores e em 2015, o número era de 2,6 milhões, com renda média mensal de R\$ 380,00. No Rio Grande do Norte, em 2005 havia 82.800 crianças e adolescentes trabalhando. Em 2015, 41.600, com renda mensal de R\$ 176,00.



# MÚSICA + TRABALHO UNIU HISTÓRIA E ARTE

O projeto Música + Trabalho, apresentado pelo Auditor-Fiscal do Trabalho Lucas Reis e pelo músico e compositor Zé Renato, integrante do grupo Boca Livre e com reconhecida carreira solo, foi uma atividade inovadora inserida na programação do 35º Enafit.

Vera Jatobá, diretora do Sinait, explicou aos enafitianos que a ideia surgiu a partir do Projeto "Música +", que Zé Renato apresenta em parceria com outros cantores, explorando diversos temas por meio da música, como meio ambiente e culinária. A Comissão Organizadora do 35º Enafit vislumbrou que o tema trabalho poderia ser encaixado neste formato lúdico e inovador na programação do evento.

Segundo Lucas Reis, a intenção do painel é o de "apresentar a visão do trabalho e do trabalhador na trajetória da música brasileira". Para isso, dividiram essa apresentação em três períodos, tendo a Era Vargas como um marco histórico no Direito do Trabalho, pois ali foram criados a CLT, o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho, por exemplo. O convite foi feito e o músico aceitou o desafio de mostrar, através da música, a representação do trabalho e do trabalhador.

As canções escolhidas representaram o período pré Vargas, a Era Vargas propriamente dita e a ditadura militar. "Tentamos analisar a criação poética, a criação musical, como o

trabalhador e o trabalho eram vistos em cada período e foram retratados na música. É o trabalho humano através da arte. Pensar o trabalho humano em todas as suas dimensões enriquece a prática do Auditor-Fiscal do Trabalho, o exercício da atividade".

A música "Pedro Pedreiro", de Chico Buarque de Holanda, embalou a acolhida no palco. Zé Renato abriu a apresentação com Construção, também de Chico, um clássico imediatamente lembrado quando se pensa na relação música/trabalho.

Durante o painel, Lucas fez a contextualização histórica do significado de cada período e o músico Zé Renato interpretou as canções escolhidas dentro de um vasto repertório pré-selecionado.

No período pré Vargas, no início do Século XX, pouco tempo depois da abolição da escravidão no país, as letras falavam em terceira pessoa, do trabalho do outro, mais do ponto de vista da malandragem e do não trabalho. O repertório para este período foi representado por duas canções de Noel Rosa – Três Apitos e Filosofia.

Na era Vargas, foi percebida uma mudança de perspectiva na maneira como o trabalho e o trabalhador são retratados. Passa-se a uma exaltação e valorização do trabalho e a narrativa muda para primeira pessoa. Uma



Lucas Reis e Zé Renato: a história do trabalho no contexto da música.

das músicas que ilustraram esse período foi “Bonde São Januário”, de Wilson Batista, cuja letra somente foi liberada após a troca da palavra “otário”, da letra original, por “operário” no verso: “O bonde São Januário, leva mais um operário, sou eu que vou trabalhar”. Outra canção com o mesmo sentido foi “Zé Marmita”, marchinha de carnaval de 1953, sem autor identificado.

Na transição para o terceiro período começa a surgir a relação da vida do trabalhador dentro e fora do trabalho. As letras apresentam o sofrimento e angústia do trabalhador, o problema da distribuição de renda e a falta de dinheiro para comprar o que precisa. A primeira canção em que essa realidade aparece é “Tenha pena de mim”, de autoria de Ciro de Souza e Babaú, de 1914.

Ainda na linha de que “uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida cheia de sentido dentro do trabalho”, disse Lucas Reis, citando Ricardo Antunes na obra “O Caracol e sua Concha”, seguiu-se a “Canção do Sal”, de Milton Nascimento e “Caxangá”, de Milton e Fernando Brant, interpretadas por Zé Renato. Estas canções falam da complementariedade entre a vida e o trabalho e reflete como o trabalho é um elemento central na vida do indivíduo e da sociedade.

Lucas pontuou que “a Declaração da Filadélfia, da Organização Internacional do Trabalho, de 1944, diz que o trabalho não é

mercadoria. Mas com a reforma trabalhista, o trabalho e o trabalhador passam a ser uma mercadoria, desvalorizada. Se a Auditoria-Fiscal do Trabalho também é desvalorizada, está aberta a porta para a exploração do trabalhador”.

Outras canções com este mesmo sentido foram “Com açúcar, com afeto”, “Valsinha” e “Cotidiano”, todas composições de Chico Buarque, encerrando a sequência de canções escolhidas.

Audidores-Fiscais do Trabalho se manifestaram relatando a emoção trazida pelas canções e sua contextualização histórica, num formato que deve permanecer na estrutura do Encontro.

Zé Renato, que mantém o projeto “Música +”, disse que o trabalho ainda não tinha sido incluído em seu repertório e foi para ele uma surpresa a abordagem proposta pelos Auditores-Fiscais, em especial a pesquisa feita por Lucas Reis.

Para encerrar o show, Zé Renato cantou “Toada”, uma canção de sua autoria e que se inseria ali porque fazer música é o seu trabalho. E ainda “Suíte do pescador”, de Dorival Caymmi, que tem o trabalho como tema sempre presente em sua obra. A plateia cantou junto, com emoção e entusiasmo, terminando “à capela” sob a regência de Zé Renato.



O painel de abertura do quarto dia de trabalhos do 35º Enafit abordou a importância dos bancos de dados oficiais alimentadores de cadastros sociais como Caged, Gfip, Cnis, Rais e eSocial. Para aprofundar o tema os Auditores-Fiscais do Trabalho Nadja Caldas, Margarida Barreto e Fernando Lisboa detalharam os desafios da Rais e a nova ferramenta que irá centralizar informações, o eSocial.

Um cadastro que precisa de mais atenção e credibilidade nas informações, a Rais, na opinião da Auditora-Fiscal do Trabalho Nadja Caldas, pois apesar de existir há cerca de 40 anos, ainda não alcançou a credibilidade e sistematização necessárias.



Nadja Caldas, Auditora-Fiscal do Trabalho.

Nadja chamou a atenção para o fato de que as informações divulgadas pela Rais ainda são muito inconsistentes e muitas vezes não refletem a realidade. Ela exemplificou dizendo que, inicialmente, em relação ao número de proprietários, de acordo com a Rais é zero. Muitas atividades de empresa estão tão distorcidas ou incorretas que são de difícil entendimento, como, uma clínica de estética com atividade de “abatador”. “Uma verdadeira fábrica de pinóquios”, ilustrou.

Para ela, essas informações equivocadas que são informadas ao Ministério do Trabalho são repassadas à Organização Internacional do Trabalho - OIT e órgãos de controle. “Fazer o país tão virtual leva ao risco de divulgar informações erradas e que nada têm a ver com a realidade”, alertou. A Rais, segundo ela, é um documento gratuito, mas

compulsório, e precisa conter informações verdadeiras para subsidiar estudos e estatísticas que demonstram a realidade fática e não a virtual.

Informações sobre os trabalhadores que constam na Rais permanecem estáticas e não acompanham a sua evolução, a exemplo da escolaridade. Muitas vezes eles concluem cursos de nível superior, que na Rais permanecem anos sem esse registro e isso se estende para a jornada ou função exercida. “Ela não dá a noção exata do que é o Brasil. Mas, acredito que assim como disse a pata ao patinho feio, ela vai crescer e ficar bonita”, ponderou.

## CONCENTRANDO INFORMAÇÕES

A Auditora-Fiscal Margarida Barreto destacou em sua fala a importância da mais nova ferramenta de informações cadastrais, o eSocial, na fundamentação da Fiscalização do Trabalho. O cadastro deverá unificar as informações que atualmente estão pulverizadas em outros cadastros para serem utilizadas conforme as competências. Segundo ela, a intenção é que ao serem interligadas, essas informações passem a refletir a verdadeira realidade e sejam confiáveis, reduzindo as inconsistências.

Quanto às informações prestadas pelos empregadores, a Auditora-Fiscal disse que, apesar de continuar a serem prestadas pelos patrões, darão condições de serem filtradas e analisadas as impropriedades. Serão centralizadas informações do INSS, Caixa Econômica, Receita, entre outros. Atualmente, segundo ela, os empregadores podem manipular as informações prestadas de acordo com sua conveniência, o que não será possível no eSocial.

Para Margarida, o cadastro do eSocial é relevante para toda a prestação de serviço onerosa no país. Inclusive informações sobre estagiários serão obtidos por meio do cadastro. Hoje há um vazio a respeito desses dados. O cadastro vai envolver mais de 40 milhões de

empregados e 8 milhões de empresas, além de mais de 6 mil escritórios de contabilidade. “Movimenta todo o país, em razão do volume de informações e pessoas envolvidas”, avaliou.

A vantagem do modelo é simplificar, modernizar os instrumentos de controle e as relações entre o Estado contribuinte e o Estado cidadão, desonerar obrigações, permitindo aos Auditores-Fiscais exercerem suas funções plenamente ao garantir direitos, além de racionalizar as informações.



Margarida Barreto, Auditora-Fiscal do Trabalho.

O início da obrigatoriedade de informações por meio do eSocial, para empregadores e contribuintes com faturamento acima de 78 milhões, será em 1º de janeiro de 2018. Em julho de 2018 passará a ser obrigatória para os demais contribuintes e empregadores. Margarida acrescenta que a implantação do cadastro exigirá alterações em normativos e mudanças de processos para melhoria da qualidade do atendimento e da prestação de serviços.

## VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

Para abordar a evolução na implantação do eSocial, Fernando Lisboa relatou as medidas que estão sendo tomadas para dar velocidade, confiabilidade e direção às informações prestadas pelo cadastro. O eSocial vai

substituir a própria folha de pagamento, já que todas as informações vão convergir para o cadastro. A interligação de informações foi detalhada pelo Auditor-Fiscal, que explicou como o empregador será impedido de prestar informações equivocadas, ao serem comparadas com outros dados que deverão constar ali e que possibilitam identificar o erro intencional ou não.

Fernando citou algumas informações que serão cruzadas para verificar a veracidade daquilo que foi informado pelo empregador e como essa aferição é feita com os dados obtidos.

## “TAMBÉM CONSEGUIREMOS VERIFICAR SE A EMPRESA ESTÁ CUMPRINDO AS EXIGÊNCIAS DE COTAS, TANTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA QUANTO PARA APRENDIZES”

Fernando Lisboa  
Auditor-Fiscal do Trabalho

Antes das ações de fiscalização os Auditores-Fiscais poderão obter dados que irão auxiliá-los facilitando e agilizando a verificação daquelas informações por determinada empresa alvo da ação. “Tudo isso é muito importante para agregar nosso trabalho, reduzir o tempo de planejamento e possibilitar a correção das informações erradas que constam no cadastro”, afirmou. Entretanto, finalizou, nada substitui a presença do Auditor-Fiscal no local de trabalho para verificar e cobrar o cumprimento da lei.



Fernando Lisboa, Auditor-Fiscal do Trabalho

# APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO REQUER ESTUDO CASO A CASO

Os Regimes Previdenciários dos Servidores Públicos Federais foram discutidos durante o 35º Enafit. Discorreram sobre o tema os advogados Antônio Torreão Braz Filho e Larissa Benevides Gadelha Campos, ambos integrantes de escritório que assessora o Sinaít na área previdenciária.



Na visão de Antônio Torreão, o sentido de Previdência inscrito na Constituição Federal de 1988 está sendo distorcido, e não é de hoje. Apenas dez anos depois de sua promulgação começaram a ser aprovadas emendas constitucionais que mudaram muito o sistema previdenciário, especialmente para os servidores públicos federais que ingressam hoje no setor público, que já não terão a paridade e a integralidade ao se aposentarem.

Se a previdência é a capacidade de antever o futuro para que, ao perder a capacidade laborativa, o trabalhador mantenha seu padrão e qualidade de vida, é preciso que a dignidade seja preservada em leis adequadas, disse o advogado. Neste ponto, segundo Torreão, a Constituição foi sábia. Entretanto, o que ocorre hoje é que as leis têm mudado no meio do caminho e para pior, sempre dificultando a aposentadoria com regras que, combinadas, são difíceis de ser alcançadas. As Emendas Constitucionais nº 20, 41 e 47 produziram profundas alterações nas regras de aposentadoria, tirando garantias dos servidores públicos.

A EC 41 acabou com a paridade e integralidade sem levar em conta as diferenças e até hoje existem mais de 100 tipos de ações judiciais buscando reparar direitos. Para o advogado, há um “antagonismo com o conceito de previdência. Se vem para trazer estabilidade, como pode conviver com o terreno pantanoso da legislação que a cada ano retira direitos, altera tudo. A Previdência foi descaracterizada. Não se sabe com quais regras se aposentará. Se não fosse o trabalho dos advogados, seria muito pior”.

Ele considera importante o movimento de resistência dos servidores e atuação das entidades com ações coletivas. “Se cada um tivesse que entrar com uma ação, não teria conseguido preservar nada. Tem alguma estabilidade graças ao papel das entidades que, de certa forma, impedem uma alteração maior. Uma coisa que era para trazer tranquilidade não o faz em razão das alterações que temos observado. A lei deveria ser suficiente, mas não é. Hoje a regra é a impermanência. A aposentadoria é caso a caso, uma regra para cada um”, finalizou.



Antônio Torreão

## CASO A CASO

O que é a previdência do servidor hoje?, questionou a advogada Larissa Gadelha. O cenário de hoje, para ela, traz inquietude a todos, e com a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 287/2016 fica tudo mais incerto.

Assim como Antônio Torreão, Larissa pontuou que a Previdência Social na Constituição de 1988 tinha um caráter premial para o servidor que cumpria o tempo de serviço e se aposentava com proventos integrais. Com a EC 20 isso mudou para tempo de contribuição, passando a ter um caráter contributivo, que combina requisitos de idade mínima, tempo mínimo de serviço público e no cargo. A EC 20 não retirou a paridade e a integralidade, que garantiam que todo reajuste para o ativo fosse concedido ao aposentado e pensionista e o último salário da atividade.

Em 2003 houve mais uma mudança, passando para um regime contributivo e solidário, em que o servidor paga para manter o sistema e a concessão de benefícios como um todo. Foi instituído o pagamento da contribuição mesmo depois de aposentado, com aval do Supremo Tribunal Federal. Também foi implantada uma nova fórmula de cálculo da aposentadoria, com a média de 80% das maiores remunerações e reajuste por índices inflacionários do INSS. Garantiu regras de transição para quem já estava no serviço público, resguardando a situação de quem já tinha os requisitos para se aposentar. Impôs mais critérios pra garantir paridade e integralidade. Houve, ainda, mudanças no regime de pensão.

Em 2005, prosseguiu a advogada, veio mais uma regra de transição para quem ingressou em 1998. Reafirmou idade e tempo de contribuição, mas foi um facilitador para quem tinha mais tempo de serviço público. A EC 47 trouxe, segundo Larissa, a estabilização de um sistema submetido à média de contribuições e corrigida por média inflacionária. Para quem ingressou no serviço público até 2003, mais regras de transição.

Em 2012 foi implantada Previdência complementar ou os fundos de Previdência. Quem entrou antes de 2013 pode optar por ficar no regime que estava ou aderir ao Funpresp. Quem ingressou até 2012 vai ter aposentadoria limitada ao teto do INSS e pode aderir ao Funpresp, escolhendo seu percentual de contribuição. Pode também pagar uma Previdência privada. Entretanto, no sistema público, o governo também contribui. A forma de correção, na visão da advogada, ainda está

um pouco nebulosa. Ainda não se sabe como será o futuro.

Agora, está colocada uma nova proposta de reforma da Previdência. “O texto original trazia igualdade de gênero, o cálculo era difícil de ser feito. Para se aposentar com 100% teria que trabalhar 49 anos. E para piorar, limitado ao teto do INSS. Além disso, tem que ter previdência complementar. Há regras de transição.

O substitutivo que alterou o texto bagunçou a PEC, foram muitos interesses negociados. Mas houve melhora quanto à idade mínima. O cálculo também mudou. Para ter 100% do teto do INSS serão necessários 40 anos de trabalho e contribuição. Houve uma pequena melhora e há regras de transição”, explicou.

O recado da advogada Larissa Gadelha é para que os servidores públicos não tomem medidas precipitadas quanto à aposentadoria. “Muitas pessoas se aposentaram logo depois das ECs e perderam muito. Antes de tomar decisões, se informem e procurem assessoria. Foram retiradas garantias, mas há formas de resguardar formas de aposentadoria acima do INSS. Cada caso tem que ser muito bem estudado”, afirmou.



Larissa Gadelha

O risco, conforme enfatizou Marco Aurélio Gonsalves, diretor de Assuntos Jurídicos do Sinaít, é que, como há muita resistência no setor privado em relação às regras propostas pela PEC 287/2016, o governo se volte novamente para fazer mais alterações na Previdência do servidor público.

Alguns Auditores-Fiscais do Trabalho relataram à advogada seus casos pessoais, vários com tempo de trabalho e contribuição na iniciativa privada, por exemplo, antes de ingressar na Auditoria-Fiscal do Trabalho. Ela esclareceu as dúvidas e voltou a afirmar que é preciso estudar caso a caso e que é possível manter paridade e integralidade, porém, são exigidos mais requisitos para conseguir isso.

# LAYOUT DO eSOCIAL REÚNE POUCAS INFORMAÇÕES DE SST

**Em um país com índices alarmantes de acidentes de trabalho, algo em torno de 700 mil por ano, todos os esforços para melhorar as condições de saúde e segurança do trabalhador devem ser considerados. Neste sentido, a necessidade de inclusão de informações de segurança e saúde no trabalho - SST no eSocial foi tema de painel na manhã desta quinta-feira, 14 de setembro, no 35º Enafit.**

O cronograma de implantação do novo layout do eSocial prevê que até janeiro de 2019 todos os empregadores tenham acesso ao sistema para unificação das informações. Em janeiro de 2018 serão contempladas empresas com faturamento de até R\$ 78 milhões; em julho do mesmo ano aquelas com faturamento superior a este montante e no prazo final – janeiro de 2019 –, as demais. A diferenciação no cronograma se deve ao fato de muitas empresas brasileiras não possuírem sistema informatizado e necessitarem de tempo para se adaptarem às exigências do programa.



Luiz Antônio de Medeiros, Auditor-Fiscal do Trabalho.

O Auditor-Fiscal do Trabalho Luiz Antônio Medeiros de Araújo lamentou que as informações de SST existentes no eSocial, assim como aquelas previstas no novo layout do programa sejam restritas a eventos previdenciários. “Infelizmente o secretário anterior não deu a importância necessária ao tema, não permitindo que colegas que já haviam feito estudos para sugestão de inclusão de eventos trabalhistas, participassem das reuniões anteriores à implantação do eSocial”. Em função disso, tudo o que se tem neste sentido são informações para substituir o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP e a Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT.

Dados referentes ao PPP estão espalhados em diversos eventos dentro do eSocial, como S2240 e S2241. Já os relacionados à CAT estão no evento específico S2210. Algumas novidades como o teletrabalho farão parte da nova versão e o profissional responsável por essas informações deverá fazer isso.

A veracidade das informações descritas pelo empregador foi questionada pelo Auditor-Fiscal Airton Marinho da Silva. “Como vai declarar uma irregularidade? Uma montadora de automóveis, que produz 3.200 carros todos os dias, vai declarar que o trabalhador faz movimentos repetitivos? Não vai. Ninguém vai declarar que descumpra as normas”. Para Airton, é possível reverter essa situação em favor do trabalhador. “A fiscalização pode usar essa omissão como indício de fraude e atuar a partir disso, porque todos nós sabemos que não vão declarar as irregularidades, ao mesmo tempo em que conhecemos os fatores de risco existentes em cada atividade”.



Airton Marinho, Auditor-Fiscal do Trabalho.

## TRIBUNA LIVRE

### CHAPAS CONCORRENTES À DEN DEBATERAM PROPOSTAS

Como parte da programação do 35º Enafit, tradicionalmente a Tribuna Livre em ano eleitoral reserva um espaço para o debate entre os candidatos às chapas concorrentes à Diretoria Executiva Nacional do Sinait – DEN. Eles puderam, na tarde de quinta-feira, 14 de setembro, apresentar suas propostas para os participantes do evento e também para Auditores-Fiscais de todo o Brasil, já que o debate foi transmitido ao vivo pelo canal do Sinait no Youtube e no Facebook.

Mário Diniz (BA), candidato a presidente, e Fernando Sampaio (PE), integrante da chapa, foram os representantes da Chapa 1 - Frente Sinait Livre. Carlos Fernando da Silva Filho (PE) e Rosa Maria Campos Jorge (GO) representaram a Chapa 2 - Valorização e Luta. Os candidatos falaram do orgulho de concorrer e poder representar a categoria em âmbito nacional e do que pretendem fazer pelo fortalecimento da Auditoria-Fiscal do Trabalho.



Carlos Silva, sorteado para fazer sua apresentação em primeiro lugar, falou da importância de representação da categoria com conhecimento e luta, com uma chapa composta por todas as gerações de Auditores-Fiscais, do

trabalho do atual grupo gestor e das inúmeras conquistas da categoria, apesar de tantas adversidades enfrentadas. Ele lembrou que as dificuldades foram superadas e obtiveram várias conquistas para a categoria. Isso dá forças para continuar o trabalho pela regulamentação do Bônus.

Mário Diniz fez críticas à atual Diretoria do Sinait que, segundo ele, precisa de mudanças, e reconheceu que a situação atual do país e dos servidores públicos é crítica. O candidato apresentou suas propostas de campanha, que estão na plataforma disponibilizada na área restrita do site. O representante da Chapa 1 disse ainda que pretende receber sugestões da categoria para tomar decisões em lutas em defesa da carreira.

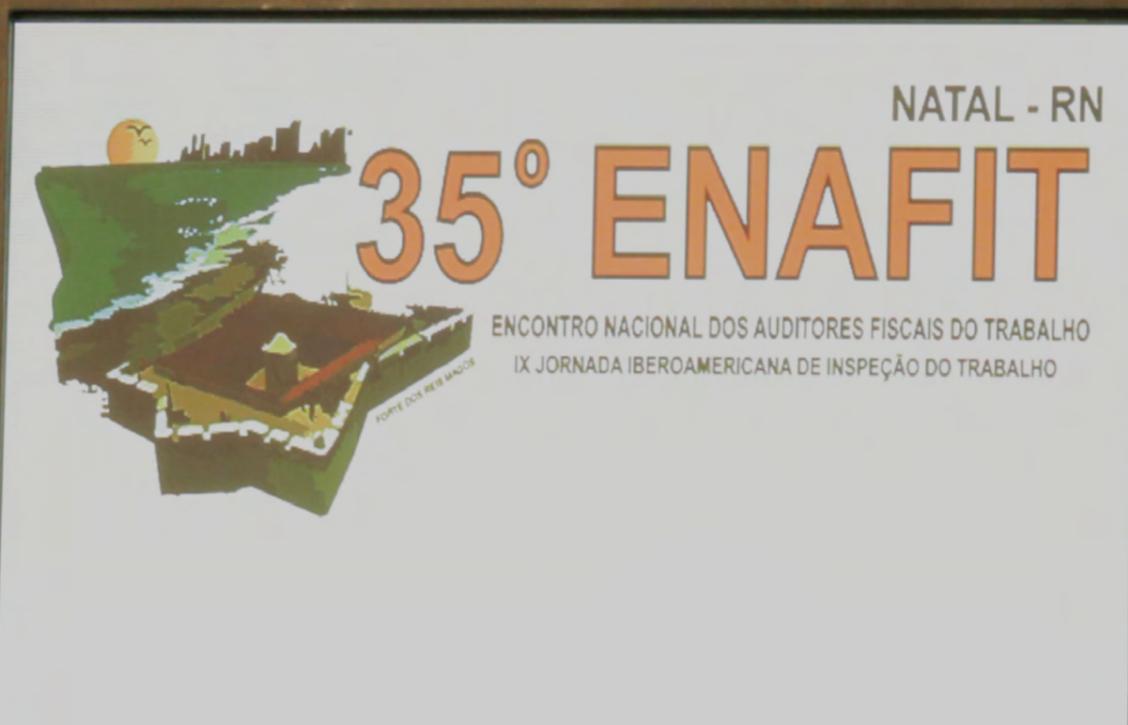


Em tempo: em novembro a chapa 2 foi vitoriosa no pleito e Carlos Silva e Rosa Jorge seguem na direção do Sindicato pelos próximos três anos.

A gravação da íntegra do debate está no canal do Sinait no Youtube.

# 5º DIA - 15/09

## PLENÁRIA APROVA MOÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO ENCONTRO



Os Auditores-Fiscais do Trabalho aprovaram moções na plenária final do evento, na manhã de 15 de setembro. Foram aprovadas cinco moções que abordam temas como o desmonte do serviço público por meio de medidas anunciadas pelo governo, reformas trabalhista e previdenciária, além do despejo da Superintendência Regional do Trabalho do Rio de Janeiro e mudança de Gerências e Agências da SRTE de São Paulo para shoppings centers.

O conteúdo das moções foi discutido e emendado com sugestões dos enafitanos, e um reflexo de discussões realizadas durante todo o Encontro, em painéis, plenárias, além do ato público contra o desmonte da Fiscalização do Trabalho e a retirada de direitos dos trabalhadores, realizado em frente à sede da Superintendência Regional do Trabalho – SRT/RN, no centro de Natal (RN), na manhã de 12 de setembro.

Confira a íntegra das Moções:



### MOÇÃO DE REPÚDIO AO DESMANTELAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

Os Auditores-Fiscais do Trabalho, reunidos na cidade de Natal (RN), no período de 10 a 15 de setembro de 2017, por ocasião do 35º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit, aprovam a seguinte Moção de Repúdio:

Manifestamos nosso REPÚDIO às medidas anunciadas pelo governo federal que provocam o desmonte do serviço público federal, prejudicando toda a sociedade brasileira, especialmente os setores mais carentes que dependem diretamente dos serviços essenciais prestados pelo Estado.

Servidores públicos são o esteio do Estado, os operadores das políticas públicas, os agentes arrecadores que combatem fraudes e sonegação. Desmantelar o serviço público é uma forma cruel e eficaz de retirar direitos dos cidadãos, de crianças e mulheres, de idosos, doentes, trabalhadores.

O governo faz isso deixando de realizar concurso público, cortando recursos de áreas fundamentais, deixando de cumprir a lei e desvalorizando as carreiras.

O conjunto dos servidores públicos e a população, entretanto, estão percebendo a contradição entre a prática e o discurso. Enquanto promove profundos cortes no setor público, o governo concede benesses generosas em troca de apoio a políticas que destroem a Nação, flexibilizam direitos trabalhistas e previdenciários, penalizando quem trabalha pelo pão de cada dia.

Os Auditores-Fiscais do Trabalho repudiam a falta de compromisso do governo com os servidores públicos ao anunciar, sem constrangimentos e sob falsos argumentos, que é necessário não cumprir o acordo já convertido em lei e que é direito do servidor. A luta é o único caminho para reverter essa situação, para fazer valer a lei. Categoria unida e forte conquista avanços e respeito.

Natal, 15 de setembro de 2017



## MOÇÃO DE APOIO À LUTA DOS TRABALHADORES BRASILEIROS

Os Auditores-Fiscais do Trabalho, reunidos na cidade de Natal (RN), no período de 10 a 15 de setembro de 2017, por ocasião do 35º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit, aprovam a seguinte Moção de Apoio:

Manifestamos nosso APOIO aos trabalhadores brasileiros que, apesar de toda a luta, estão sendo vítimas do mais perverso conjunto de medidas para a retirada de direitos e flexibilização de suas condições de trabalho.

A reforma trabalhista, que tramitou em tempo recorde no Congresso Nacional, precariza o trabalho, favorece a ocorrência de acidentes, aumenta jornada de trabalho e coloca o trabalhador em situação instável diante de modalidades de contratos que não garantem segurança de conseguir o suficiente para o sustento de sua vida e de sua família.

Trabalhadores, uni-vos! Na união está sua força para lutar contra o modelo que já

fracassou em vários países. O apoio mútuo entre os trabalhadores dos setores público e privado é estratégico para reverter retrocessos, precarização e desemprego. A reforma também afeta o serviço público, que está agora vulnerável à terceirização, que enfraquece sua capacidade de atuar em defesa do cidadão. Enfraquecer o setor público é abrir portas para a privatização de serviços de fiscalização, saúde, educação e segurança pública, favorecendo apenas a elite do país.

A luta é urgente e deve ser travada com coragem. Os Auditores-Fiscais do Trabalho se colocam ao lado dos trabalhadores, firmando o compromisso de continuar em sua defesa diante das irregularidades e ilegalidades que a reforma pretende tornar regulares e legais. A fiscalização tem como fundamento a Constituição Federal, lei maior que continua determinando os princípios e garantias para a defesa do trabalho digno e decente.

Natal, 15 de setembro de 2017



## MOÇÃO DE REPÚDIO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Os Auditores-Fiscais do Trabalho, reunidos na cidade de Natal (RN), no período de 10 a 15 de setembro de 2017, por ocasião do 35º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit, aprovam a seguinte Moção de Repúdio:

Manifestamos nosso REPÚDIO à Proposta de Emenda Constitucional – PEC 287/2016, que trata da reforma da Previdência, em tramitação no Congresso Nacional.

As propostas alcançam os trabalhadores dos setores público e privado alterando, para pior, as regras para a aposentadoria. Na prática, inviabiliza a aposentadoria da maioria dos trabalhadores brasileiros, penalizando especialmente as mulheres.

A rejeição social à proposta é forte, mas é necessário muito mais resistência para enterrar este projeto de vez, afastando as vergonhosas mudanças nele contidas. Há o receio de que, não conseguindo avançar sobre o Regime Geral de Previdência Social, devido à reação popular, o governo, mais uma vez, promova mudanças nas regras de aposentadoria dos servidores públicos, que já perderam tanto com as emendas que alteraram a Constituição Federal desde 1998.

O trabalho dignifica o Homem, mas é certo que a capacidade laborativa decai ao longo da vida e o trabalhador tem direito ao merecido descanso, colhendo os frutos das contribuições que fez durante toda a sua vida de labor.

A solução para manter a saúde do sistema previdenciário é o crescimento econômico, a geração de empregos, a criação de ambiente propício ao aumento da arrecadação e o combate à sonegação e à corrupção, o investimento estatal honesto e a destinação correta da arrecadação previdenciária, sem sangrar o povo. A falácia do déficit vai sendo derrubada com os dados que estão sendo organizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Senado sobre a reforma da Previdência. O sistema não é deficitário; pelo contrário, tem superávit.

A retirada de direitos é a pior alternativa, pois é socialmente injusta e desnecessária. Os

principais defensores da reforma são devedores e sonegadores da Previdência, interessados no perdão de suas dívidas bilionárias e no fim da previdência social pública para fomentar o mercado da previdência privada. O povo não pode, mais uma vez, ser o bode expiatório dessa crise fabricada e usada para desviar a atenção dos verdadeiros dilapidadores do patrimônio público.

A luta é a saída para evitar a aprovação da reforma e exigir uma gestão sem desvios de recursos, que garanta a continuidade do maior sistema de distribuição de renda do mundo.

Natal, 15 de setembro de 2017.



## MOÇÃO DE REPÚDIO AO DESPEJO DA SRT/RJ

Os Auditores-Fiscais do Trabalho, reunidos na cidade de Natal (RN), no período de 10 a 15 de setembro de 2017, por ocasião do 35º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit, aprovam a seguinte Moção de Repúdio:

A Delegacia Sindical do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho no Rio de Janeiro vem a público manifestar o seu repúdio em razão do DESPEJO iminente da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro – SRTE/RJ de seu histórico endereço, desde 1938, no prédio conhecido popularmente como Palácio do Trabalho, sendo sugerido pelo órgão interessado, o Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, a mudança, até o dia 15 de fevereiro de 2018, para o imóvel localizado próximo ao Clube da Aeronáutica/Aeroporto, dificultando o acesso da população e riscos de atropelamentos, em face do trânsito intenso.

Tal proposta se configura em uma bizarra permuta, revelando total descaso e uma grande injustiça contra o trabalhador brasileiro, principalmente os menos favorecidos socialmente.

De forma rápida e inopinada, o Ministro do Trabalho facilitou a desocupação definitiva dos espaços pretendidos pelo Presidente do Tribunal, sem ouvir nenhum interlocutor no Estado do Rio de Janeiro e, tampouco, realizar uma inspeção no imóvel oferecido como opção, deixando de levar em consideração aspectos históricos, financeiros e os prejuízos causados ao ambiente de trabalho dos Servidores e a precarização do atendimento ao público em geral, que busca diariamente os serviços oferecidos na sede da Superintendência.

Se concretizando o processo de despejo da SRTE/RJ do endereço onde serve à população há 79 anos, mais uma vez, o trabalhador brasileiro será levado a reboque pelos acordos palacianos, em assuntos de interesse público, sem serem chamados a participar das decisões que alteram as suas vidas para pior.

Despejar o trabalhador de sua casa, cujas paredes estão impregnadas da pujante história do trabalhismo brasileiro, é desprezar o nosso passado de lutas e vitórias, se configurando em uma flagrante e intolerável injustiça.

Natal, 15 de setembro de 2017



## MOÇÃO DE REPÚDIO À TRANSFERÊNCIA DE UNIDADES DO MTB PARA SHOPPING CENTERS

Os Auditores Fiscais do Trabalho, reunidos na cidade de Natal (RN), no período de 10 a 15 de setembro de 2017, por ocasião do 35º Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Enafit aprovam esta Moção, repudiando a alocação de unidades do Ministério do Trabalho em Shopping Centers, especialmente de algumas Gerências e Agências da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo, porque prestes a se concretizar.

A alocação de uma unidade do MTb em meio a inúmeros estabelecimentos que exercem atividade privada e mercantil, objetivo primordial de um centro de compras, desnatura a prestação do serviço público que, no caso do Ministério do Trabalho, é um serviço voltado à proteção do trabalhador em todos os seus inúmeros aspectos, desde o atendimento de situações mais objetivas, como o caso do recebimento e processamento dos pedidos de Seguro-Desemprego, quanto em situações que requerem procedimentos cuidadosos para garantir a não exposição do trabalhador, como é o caso do recebimento e apuração de denúncias de assédio no ambiente de trabalho, denúncias de irregularidades trabalhistas em geral, atendimento a trabalhadores submetidos a condições análogas às de trabalho escravo.

Desfigura a identidade do Ministério do Trabalho colocando suas unidades num mesmo conglomerado de estabelecimentos organizados em condomínio, os quais são sujeitos à atuação da Fiscalização do Trabalho. Compromete também a independência e segurança da Fiscalização do Trabalho e seus agentes, que terão que conviver num mesmo ambiente com aqueles que fiscalizam, com aqueles que até podem ser os beneficiários finais do labor desenvolvido em condições precaríssimas de trabalho escravo urbano.

Fica assim, nesta Moção, registrado veemente repúdio a essa prática, que dificulta e inibe o acesso do trabalhador aos locais que deveriam ser a sua casa e enfraquece uma das missões mais nobres desse Ministério que é a Fiscalização do Trabalho.

Natal, 15 de setembro de 2017

# CARTA DE NATAL DENUNCIA RETIRADA DE DIREITOS

A Carta de Natal, documento síntese do 35º Enafit, foi aprovada na sexta-feira, 15 de setembro, em sessão plenária. O texto foi apresentado por Virna Dasmasceno, presidente do Encontro, e, em seguida, colocado em discussão.

O documento contempla o contexto das discussões realizadas durante o Encontro, que reafirmaram o repúdio à reforma trabalhista e às medidas de desmantelamento do serviço público, especialmente os cortes no orçamento da Auditoria-Fiscal do Trabalho, que comprometem serviços essenciais prestados à população.

Confira o texto aprovado pelos enafitianos e que foi divulgado pelo Sinait e suas Delegacias Sindicais em todo o país.



# CARTA DE NATAL

Os Auditores-Fiscais do Trabalho, reunidos na cidade de Natal (RN), de 10 a 15 de setembro de 2017, durante seu 35º Encontro Nacional, dirigem-se à sociedade brasileira para manifestar sua indignação quanto aos rumos da política adotada pelo governo nos últimos meses, que impõem aos trabalhadores a perda de seus direitos e o desmonte dos serviços públicos.

A desconstrução do sistema protetivo trabalhista, a dita "reforma trabalhista", aprovada a toque de caixa no Congresso Nacional, pretende autorizar a terceirização na atividade-fim, a prevalência do acordado sobre o legislado, o trabalho intermitente; estimula a contratação do trabalho temporário e por tempo parcial, a pejotização e a contratação do trabalho autônomo exclusivo e contínuo, além de obstruir o acesso dos trabalhadores à Justiça. Ela retira e flexibiliza direitos, expondo os trabalhadores a condições precárias de trabalho e vida.

Mas ela não para por aí. Outros projetos em trâmite no Congresso Nacional caminham no mesmo sentido, como o PLS 432, de 2013, que propõe alterar o artigo 149 do Código Penal brasileiro e excluir os conceitos de "jornada exaustiva" e "condições degradantes" da caracterização do trabalho escravo contemporâneo. Todas essas medidas são contrárias ao projeto constitucional de uma sociedade livre, justa e solidária. Entretanto, os Auditores-Fiscais do Trabalho reafirmam os princípios e garantias constitucionais para manter a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores.

A reforma previdenciária apresentada pelo governo também coloca a crise econômica na conta do trabalhador. Não é aceitável uma reforma que, entre outras indignidades, aumenta o período de contribuição para que o trabalhador faça jus à aposentadoria. Ela ainda não considera as condições especiais das trabalhadoras, dos trabalhadores rurais e com deficiência, fazendo com que, contra esses, a reforma represente ataque ainda mais contundente. Assim, a reforma da Previdência é mais uma afronta aos direitos de todos os trabalhadores do país, tendo o claro objetivo de por fim à previdência social pública em favor da previdência privada.

O desmonte do Estado também ataca em cheio a vida do povo brasileiro. A PEC do teto dos gastos (PEC 55) impôs limite aos investimentos públicos para os próximos vinte anos. Isso, inevitavelmente, implica diminuição do orçamento destinado a serviços públicos, como saúde, educação e assistência social. Seu impacto sobre a política de valorização do salário mínimo contribui para aprofundar a histórica desigualdade social existente em nosso país. O congelamento de gastos públicos prejudica toda a população brasileira, levando ao aumento da pobreza, da exclusão social, da violência e do desemprego.

Os prejuízos para a Auditoria Fiscal do Trabalho já se fazem sentir. O corte orçamentário para a fiscalização e o desmantelamento do Ministério do Trabalho impactam e impõem péssimas condições de trabalho. Até mesmo o combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil realizado pelos Auditores-Fiscais do Trabalho de forma ininterrupta nos últimos 22 anos, corre sérios riscos de paralisação total. Há unidades do Ministério do trabalho interdidas e servidores sem condições de desempenhar suas funções adequadamente.

Ao mesmo tempo em que tudo isso se apresenta, o recém-lançado pacote de privatizações aprofunda o processo de desnacionalização da economia brasileira significa perda de soberania nacional e expõe os trabalhadores a incertezas e angústias. É inaceitável vender patrimônio público estratégico para cobrir déficit orçamentário, ainda mais em momento de crise econômica, quando os ativos estão desvalorizados.

Tudo isso, em frontal desrespeito à vedação do retrocesso social, insculpida no artigo 26 do Pacto de San José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário, bem como à diretriz constitucional de melhoria das condições sociais dos trabalhadores, expressa no caput do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil.

Sendo assim, diante dessa grave situação, os Auditores-Fiscais do Trabalho se manifestam em favor da necessidade de ações que conduzam à construção de um país mais justo, menos desigual. E para isso, se faz imprescindível lutar contra quaisquer iniciativas que representem ataque ao Estado Brasileiro e a seu povo. Qualquer governo que proponha essas medidas não passará ileso aos embates da categoria!

Natal, 15 de Setembro de 2017

## 36º ENCONTRO

A capital do Mato Grosso foi escolhida pelo plenário do 35º Enafit como sede do próximo encontro. Durante a apresentação do nome da cidade a Delegada Sindical Marilete Mulinari Girardi falou da sua expectativa para receber o evento. "Convido a todos para mais uma oportunidade de estudarmos assuntos relacionados ao mundo do trabalho, além de encontrar os amigos. Cuiabá espera todos vocês!".

Para o presidente do Sinait é importante ter Auditores-Fiscais do Trabalho se comprometendo a promover um ambiente saudável, de encontro, reencontro e promoção do engrandecimento da categoria. "Agradeço aos colegas de Cuiabá, que de forma corajosa se colocaram para fazer o evento e discutir politicamente os rumos da categoria", finalizou Carlos Silva.



Marilete Mulinari apresentou a candidatura de Cuiabá.



Cuiabá, capital do Mato Grosso.

# CHEGA AO FIM O 35º ENCONTRO

Durante a sessão solene de encerramento do 35º Enafit a vice-presidente do Sinait, Rosa Jorge, agradeceu a participação dos Auditores-Fiscais do Trabalho que todos os anos se dispõem a participar do Encontro e colocar em dia as discussões sobre o universo trabalhista. "O Enafit permite aos Auditores-Fiscais do Trabalho discutirem temas que são muito caros à categoria, como o trabalho escravo e trabalho infantil. São temas que a gente sempre repete em razão da sua importância. É para repetir mesmo, porque queremos discutir e encontrar soluções", disse.



Rosa Jorge, Carlos Silva, Milton Vasconcelos, Francimary Michiles e Vima Damasceno

Rosa Jorge citou a fala do presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano, que se disse encantado com o fato de o Sinait abrir as portas para a sociedade participar do evento, referindo-se à palestra para profissionais e estudantes de segurança e saúde no trabalho, realizado no primeiro dia de trabalhos técnicos. "É importante dar esse espaço para que a sociedade se beneficie do nosso conhecimento. O Enafit é

isso: um encontro. Quero agradecer a todos pela participação. Temos que nos unir em torno de tudo que engrandece a categoria".



Carlos Silva, presidente do Sinait.

O presidente do Sindicato, Carlos Silva, lembrou que o Encontro aconteceu em um momento complexo para a categoria e citou o ato público contra a retirada de direitos, realizado na terça-feira, 12 de setembro. "A realidade do ato marcou o Encontro, por ele e pela participação na imprensa, que deu destaque para este momento difícil que estamos vivendo". Carlos Silva agradeceu os enafitianos que transformaram o evento em um grande sucesso. "O povo do Rio Grande do Norte sabe receber. Deixamos aqui a marca da defesa dos trabalhadores e da nossa categoria. Foi por meio do Enafit que construímos essa história de luta e sucesso".



Comissão Organizadora do 35º Enafit.

# PROGRAMAÇÃO NOTURNA

Se a programação técnica deixou os dias cheios com muita informação boa e conteúdo interessante, os enoites proporcionaram diversão e relaxamento. De domingo a quinta-feira não faltaram momentos para a boa e velha confraternização, que é uma característica que o Enafit não pode perder.

## ABERTURA



# 1º DIA - 11/09



O humorista Mafaldo animou a noite.

# 2º DIA - 12/09



Noite Sertaneja.

# 3º DIA - 13/09



# 4º DIA - 14/09



"O artista é você".



Noite de Forró.

SINAIT

Sindicato Nacional dos  
Auditores Fiscais do Trabalho



NATÁL - RN

**35° ENAFIT**

ENCONTRO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO  
IX JORNADA IBEROAMERICANA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO